

TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA E MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES RURAIS

VILMA FIGUEIREDO¹, e CAETANO ERNESTO P. ARAÚJO²

RESUMO - O artigo discute as percepções que várias categorias de trabalhadores rurais têm da tecnologia que utilizam. Os dados se referem aos trabalhadores das regiões de cana de açúcar no Rio de Janeiro e em Pernambuco e de Soja no Rio Grande do Sul. A percepção dos pequenos produtores diferencia-se da dos assalariados, assim como a das lideranças sindicais da percepção das bases. Mesmo dentro desses grupos não há uma visão homogênea da tecnologia. No conjunto, os trabalhadores rurais manifestam uma percepção complexa da tecnologia na qual se mesclam avaliações positivas e negativas de suas várias dimensões. Essa visão, porém, mal ultrapassa a reprodução da experiência imediata e apenas começa a desdobrar-se em respostas políticas à questão.

AGRICULTURAL TECHNOLOGY AND RURAL WORKERS' UNION ACTION

ABSTRACT - This paper considers rural worker's different perceptions about the technology they deal with. Data refer to sugar cane workers in Rio de Janeiro and Pernambuco and soybean workers in Rio Grande do Sul. Small farmers' perceptions differ from rural wage-workers and trade-union leadership's perceptions also differ from rank and file ones. Even within such groups there is no homogeneous view of technology. Considering the whole group, rural workers show a complex view of technology that combines negative and positive evaluations of its different aspects. This view hardly goes beyond an everyday life recreation and is only beginning to develop into a political answer to that question.

¹ Socióloga, MS, Ph.D., Professor adjunto do Departamento de Sociologia da UnB. Campus Universitário, CEP 70910 Brasília, DF.

² Sociólogo, MS, bolsista do CNPq - Departamento de Sociologia, UnB, Campus Universitário, CEP 70910 Brasília, DF.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a modernização da agricultura brasileira tem sido a meta de diversas iniciativas governamentais. Vários instrumentos de políticas públicas visam ao objetivo de estimular a absorção de novas tecnologias ao processo produtivo agropecuário. A política de créditos destaca-se nesse conjunto de programas nacionais ou locais de modernização. A geração e difusão de tecnologias institucionaliza-se em empresas governamentais. Esse esforço do governo, portanto, implica não só políticas voltadas para a absorção de novas tecnologias, mas também políticas de geração e difusão de tecnologias. As novas tecnologias não são produzidas, divulgadas ou adotadas em "territórios neutros" e a modernização da agricultura brasileira, que se acelera a partir dos anos 70, não se faz homogeneamente (Sorj 1980, Peixoto et al. 1977, Graziano da Silva 1982, Kageyama & Graziano da Silva 1983). As novas tecnologias, ao serem produzidas a partir das desigualdades das estruturas social e fundiária, ao agirem sobre elas, tendem a reforça-las.

Alguns fenômenos que, historicamente, têm acompanhado o desenvolvimento do capitalismo no campo – concentração fundiária, proletarianização de trabalhadores rurais, êxodo do campo para a cidade, etc. –, no Brasil, seguem o processo de modernização tecnológica implementado a partir de decisões políticas precisas. Identificar a complexidade do contexto de tais decisões permite resgatar a dimensão política das transformações recentes da agricultura brasileira e identificar espaços de atuação para diferentes interesses sociais. Aliados do processo de formulação das políticas de modernização, os trabalhadores rurais – pequenos produtores ou assalariados – não são seus beneficiários diretos, apesar de serem por elas atingidos diferenciadamente. Os trabalhadores rurais respondem, de maneira variada, às transformações que lhes são impostas quer mudando estratégias de produção e consumo, quer procurando agir politicamente em defesa de seus interesses.

Visando a identificar essa diversidade de respostas, foi desenvolvida uma pesquisa com trabalhadores rurais sindicalizados, produtores de soja e cana de açúcar, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Pernambuco. O presente texto analisa os dados então levantados³.

³ A pesquisa foi financiada pelo CNPq e desenvolvida entre julho de 1983 e julho de 1984; além dos autores deste artigo, dela participaram Argemiro Procópio Filho, Bárbara Freitag, Benício V. Schmidt, Fernanda A. Sobral, Elizabeth S. Freitas, Márcio Sérgio B.S. Oliveira e Vera Lúcia Tollendal Ribeiro.

A SOJA NO RIO GRANDE DO SUL

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PRODUÇÃO DE SOJA EM GRÃO

Dados dos censos econômicos de 1975 e do recenseamento geral de 1980 revelam, no que diz respeito à produção de soja em grão no Rio Grande do Sul, uma redução no número de produtores de 269.340 para 250.559, um aumento da área utilizada de 3.195.977 ha para 3.763.073 ha, bem como um aumento na quantidade produzida de 4.419.465 para 5.103.538 toneladas. Os dados indicam, portanto, concentração de terras na produção de soja pela redução do número de produtores e aumento da área utilizada. O aumento de 684.073 toneladas na quantidade produzida no período não significa, porém, que tenha havido aumento de produtividade, tendo, sim, ocorrido o inverso: em 1975 produzia-se 1,38 toneladas de soja por hectare e em 1980, 1,35.

A queda na produtividade tanto pode ter ocorrido pela expansão da produção para terras menos férteis como pela redução no uso relativo de tecnologias. De qualquer modo, tais hipóteses não podem ser verificadas pelos dados dos censos, que não informam sobre a fertilidade relativa dos solos e tampouco sobre a utilização de diferentes tecnologias por unidade de área. Os dados indicam, porém, variação no número de produtores em relação ao uso diferenciado de tecnologias, permitindo identificar aquelas tecnologias que estão associadas a um aumento de produtividade.

Excluindo o uso de máquinas e em termos da tecnologia aplicada à produção, 39,45% dos produtores não utilizaram tecnologia (apenas sementes comuns) em 1975. No período de 5 anos essa percentagem de produtores cai para 28,08%, indicando que cresce o número de produtores de soja, no Rio Grande do Sul, que utilizam tecnologias. Tal incremento, porém, é diferenciado quanto aos tipos ou combinações de tecnologias aplicadas à produção. Há um decréscimo no número de produtores que usam sementes comuns em diferentes combinações com irrigação, defensivos e adubação, com exceção daqueles que utilizam apenas sementes comuns e adubação; este grupo que, em 1975, representava 8,75% dos produtores passa a significar, em 1980, 12,16%. Dentre os que usam tecnologias com sementes comuns, o grupo dos que usam adubação, juntamente com os que usam irrigação, foram os únicos a indicar aumento de produtividade, que era de 1.21 t/ha, em 1975, para ambos os grupos, passando para 1.34 e 1.38 t/ha, respectivamente, em 1980. O número de produtores que usam apenas sementes selecionadas cai, no pe-

ríodo, aumentando significativamente o número daqueles que usam sementes selecionadas combinadas com outras tecnologias que, em 1975, representaram 23,03% dos produtores de soja no RGS e, em 1980, 39,85%; desse conjunto, apenas reduz-se o número dos que usam sementes selecionadas e irrigação ou defensivos, isoladamente; o número dos que utilizam todas as outras combinações tende a crescer, especialmente o dos que usam sementes selecionadas, defensivos e adubação (14,57% em 1975 e 20,97% em 1980) e sementes selecionadas e adubação (5,01% em 1975 e 17,18% em 1980); este último grupo, o que mais crescem em termos proporcionais, é, também, o único que revela aumento de produtividade no período (1.31 t/ha em 1975 e 1.46 t/ha em 1980).

A análise desses dados, que se referem a variações no número de produtores quanto à utilização de diferentes tecnologias, mostra que o maior aumento relativo do número de produtores ocorreu nas raras combinações tecnológicas associadas ao aumento de produtividade, quais sejam, sementes selecionadas e adubação e sementes comuns e adubação. Esse aumento de produtividade e do número de produtores está, também, associado a um crescimento da área média (de 9.33 ha para 12.15 ha entre os que usam sementes selecionadas e de 5.99 ha para 6.45 ha entre os que só usam adubação) que tanto pode refletir uma expansão de área desses produtores como a entrada, para o grupo, de produtores com maiores extensões de terra.

Cabe notar, porém, que apesar de pequena queda na produtividade (1.58 t/ha em 75 para 1.53 t/ha em 1980), os produtores que usam a combinação de sementes selecionadas, irrigação, defensivos e adubação são os que revelam maior produtividade em 1980. Esse conjunto dos que mais usam tecnologias é também aquele cuja área média de cultivo de soja é a maior (64.97 ha), tendo ainda crescido de 75 para 80. Em geral, os conjuntos de informantes com maiores áreas médias são os que usam maior variedade de tecnologias, i.é., sementes selecionadas combinadas com outras técnicas.

A produtividade por grupos de área de colheita de soja, era maior, em 75, para o grupo de 100 a menos de 500 ha e, em 1980, para o grupo de 10 a menos de 100 ha. Todos os grupos de área de soja mostram um incremento de área média no período.

A área média de soja no RS cresce, entre 75 e 80, para todas as categorias de produtores, sendo que os arrendatários apresentam a maior área média (32.05 ha em 75 e 36.60 ha em 80). A produtividade cai para todas as categorias de produ-

res, sendo que decresce mais a produtividade dos arrendatários (de 1.31 para 1.22), o que não chega a surpreender, já que os arrendatários tendem a esgotar o solo. Os proprietários mostram produtividade mais alta no período (1.40 t/ha em 75 e 1.38 t/ha em 80), sendo responsáveis, em 1980, por 80,20% da produção de soja no RS.

A maioria dos produtores de soja do Estado comercializa sua produção através de intermediários, se bem que o número desses produtores tenha caído de 1975 (quando representavam 54,30% do total de produtores de soja) para 1980 (47,38%). A percentagem dos produtores que entregam sua produção às cooperativas cresce no período, bem como a daqueles que a entregam à indústria. A maior percentagem da soja produzida no RS é entregue a cooperativas (63,99% em 75 e 64,22% em 80); os intermediários recebem 21,35% (percentagem que decresce, no período) e, diretamente à indústria, são entregues 12,42% do total de toneladas produzidas. Há um crescimento relativo da quantidade do produto diretamente entregue à indústria, o que sugere uma expansão da integração de produtores de soja à indústria, sem que os dados do censo permitam, contudo, revelar a natureza e o grau dessa integração. São os produtores que entregam a soja às cooperativas os que apresentam maior produtividade no período, apesar do decréscimo de 1.46 t/ha em 75 para 1.40 t/ha em 1980.

OS MUNICÍPIOS DE SANTO ÂNGELO, CARAZINHO E SANTA MARIA E A PRODUÇÃO DA SOJA EM GRÃO

Estrutura fundiária

A produção de soja em grão é dispersa por várias regiões e inúmeros municípios do RS de modo que nenhum município ou micro-região podem ser considerados, em termos estatísticos, representativos do Estado. Os três municípios da amostra representam, em relação ao Rio Grande do Sul, 3,70% dos produtores de soja, 7,55% das toneladas produzidas e 7,18% da área, em 1975. O número de produtores de soja, nesses municípios, cresce entre 75 e 80, mas caem as percentagens da quantidade produzida e da área utilizada com soja (6,38% e 6,89%, respectivamente, em 80). A área média de soja cresce, no período, nos três municípios, especialmente em Santa Maria, onde mais que dobra (10.54 ha em 75; 22.92 ha em 80). Nos três municípios predomina o tipo de cultivo simples da soja. Apenas em Santo Ângelo, em 1975, um número maior de produtores declarou fazer cultivo associado, mas já em 1980, também neste município, predomina o cultivo simples.

Nos três municípios há uma predominância absoluta dos estabelecimentos de indivíduos, da ordem de 94% para mais, em 80, que respondem pela quase totalidade das terras agrárias (83% para mais, em 1980). Houve, de fato, uma redução não desprezível na percentagem de terras desses estabelecimentos em benefício, principalmente, dos estabelecimentos de condomínios ou sociedade de pessoas que crescem, em número e em área, no período. A área média dos estabelecimentos de indivíduos cresce, no período, em Santa Maria e Carazinho, caindo em Santo Ângelo, de 43.69 ha, em 75, para 40.27 ha, em 80. A área média de estabelecimentos de condomínios ou sociedade de pessoas cresce nos três municípios, especialmente em Santo Ângelo, de 148.94 ha em 1975 para 234.76 ha em 1980.

Quanto à **condição legal** das terras, a maioria dos estabelecimentos, nos três municípios e nos 2 anos, é de terras próprias. Em segundo lugar, mas bem menos expressivos em termos globais, estão os estabelecimentos de terras arrendadas e os mistos, de terras próprias e arrendadas. Entre 75 e 80 sobe a percentagem dos estabelecimentos de terras próprias nos três municípios e cai a percentagem de terras por eles ocupadas, com exceção de Santa Maria. Há forte predominância, nos três municípios, dos estabelecimentos de proprietários, tanto em número quanto em área. Entre 75 e 80, a área média dos proprietários sobe, apenas, em Santa Maria.

Entre 75 e 80 o total de estabelecimentos rurais cresce, apenas, em Santo Ângelo, enquanto a área total cresce em Carazinho e Santa Maria e decresce em Santo Ângelo. As variações em número e área dos estabelecimentos não foram grandes, no período, para nenhum dos três municípios para qualquer grupo de área.

A percentagem de estabelecimentos de lavoura aumentou, para os três municípios, entre 75 e 80. Em Carazinho esta percentagem aumenta em todos os grupos de área de lavoura. Em Santo Ângelo e Santa Maria a percentagem de estabelecimentos aumenta nos grupos de até 2 ha de lavouras e nos de mais de 20 ha de lavouras.

A utilização predominante das terras nos três municípios é em lavouras temporárias. A quase totalidade dos estabelecimentos e uma proporção significativa da área total dos estabelecimentos é assim utilizada. De 75 a 80 ainda há expansão tanto no número de estabelecimentos quanto na área de lavouras temporárias. Apenas em Santa Maria e percentagem de área de lavouras temporárias é relativamente baixa (18,50% em 1980), apesar da referida expansão, no período.

A seguir, a percentagem mais significativa das terras rurais dos três municípios é de pastagens naturais. A área de pastagens decresce nos três municípios e, apenas, em Santa Maria é bastante significativa (63,84% em 1980), superando a área de lavoura temporária.

Mão de obra

O pessoal ocupado na agropecuária dos três municípios decresce, de 1975 para 1980, em termos globais. Esse decréscimo global parece ser devido ao decréscimo significativo na ocupação do trabalho não remunerado de familiares, já que, nos três municípios, há um aumento no número de produtores que usam empregados. O aumento do número de empregados permanentes é sensível nos três municípios (de 3,91% do total do pessoal ocupado em 1975, em Santo Ângelo, para 6,19% em 1980; de 11,67% para 16,96% em Carazinho e de 4,23% para 6,84% em Santa Maria). O número de produtores que usa empregados temporários, também, aumenta sensivelmente em Santo Ângelo e Santa Maria, diminuindo, porém não muito, em Carazinho (490 em 1975 (24,72%) para 422 (22,76%) em 1980). As maiores percentagens de pessoal ocupado estão nos estabelecimentos de menos de 5 ha e tais percentagens crescem, no período, para os três municípios. Em 1980, tais estabelecimentos concentram 51,82% do pessoal ocupado em Carazinho, 53,35% em Santo Ângelo e 48,78% em Santa Maria. Além desse crescimento, em Santa Maria cresce a proporção do pessoal ocupado apenas no grupo de 10 a 20 ha; em Santo Ângelo e Carazinho tal proporção cresce nos demais grupos, a partir de 20 ha. É de se supor que é a variação do pessoal ocupado nos estabelecimentos de maiores áreas que é responsável pela redução do trabalho da mão de obra familiar e pelo aumento do assalariamento.

Os serviços de empreitada decrescem sensivelmente, no período, para os três municípios. Possivelmente tal decréscimo deve-se ao aumento do trabalho assalariado permanente e temporário. Onde a empreitada é mais utilizada, na colheita, a queda foi de 89,59% para 87,50% em Santo Ângelo, de 84,41% para 25,92% em Carazinho e de 63,85% para 39,24% em Santa Maria.

Tecnologia

Entre 75 e 80, decresce a percentagem de estabelecimentos que usam força animal e aumenta significativamente a dos que usam força mecânica, nos três municípios. A maioria dessas forças utilizadas é própria, mas a percentagem de forças alugadas cresce bastante, no período, para os três municípios sendo que em Carazinho ultrapassa 56% em 1980.

Entre 75 e 80, cresce a percentagem de estabelecimentos que usam trator, nos três municípios. O número de tratores de menor potência (de 20 a menos de 50 cv) decresce, enquanto sobe, para os três municípios, o número de tratores de mais de 50 cv.

O consumo de carvão vegetal é praticamente nulo nos três municípios. As percentagens de estabelecimentos que consomem gás e lenha (estas últimas, bastante significativas) decrescem no período, assim como diminuem as quantidades consumidas desses combustíveis. A quantidade de gasolina consumida decresce para os três municípios enquanto a percentagem dos estabelecimentos que consomem gasolina aumenta em Santo Ângelo e Santa Maria. O consumo que aumenta nos três municípios é o óleo diesel, tanto em termos de quantidade quanto de estabelecimentos envolvidos. Esse fato não surpreende, dado o aumento de tratores de maior potência no período e o aumento dos estabelecimentos que usam máquinas próprias ou alugadas.

Há um aumento no número de estabelecimentos que usam irrigação, apesar de a maior percentagem destes estar, em 1980, em Santa Maria e representar não mais de 21,41% do total de estabelecimentos do município. A quantidade de estabelecimentos que usam adubos é bastante expressiva nos três municípios e a quase totalidade deles usa defensivos. Práticas de conservação do solo são realizadas nos três municípios, de modo menos generalizado em Santa Maria. O uso de silos para grãos expandiu-se sensivelmente tanto quanto ao número de estabelecimentos que passaram a dispor desses depósitos (1,59%, 1,17% e 3,58% para 32,73%, 11,27% e 64,19%, respectivamente em Carazinho, Santo Ângelo e Santa Maria), como quanto ao número total de silos por município ou quanto à capacidade total de estocagem.

Decresce, bastante, o número de estabelecimentos que dispõem de veículos de transporte de tração mecânica ou de tração animal, nos três municípios.

PRODUTORES SINDICALIZADOS: PERCEPÇÃO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E ORGANIZAÇÃO DE INTERESSES

Esse panorama geral da soja no RS e nos três municípios em pauta reflete-se nas concepções de dirigentes e demais membros dos sindicatos de trabalhadores rurais (ao nível da FETAG-RS e sindicatos de Carazinho, Santo Ângelo e Santa Maria) que o interpretam à luz do modelo brasileiro de desenvolvimento — de modernização e tecnificação da agricultura — das possibilidades de — ou entraves à — expansão do sindicalismo no Brasil e da experiência vivida como plantadores de soja.

É nesse quadro que representantes do movimento sindical de trabalhadores rurais do RS pensam a implantação de tecnologia moderna na produção de soja, avaliam-na do ponto de vista do trabalhador rural quanto a seus efeitos sobre a mão de obra, o meio ambiente, o preço (tanto da tecnologia quanto da mercadoria produzida), organizam-se especificamente em torno de alguns desses temas e deixam antever o potencial de mobilização que a questão tecnológica representa para os produtores de soja. As percepções de dirigentes e membros dos sindicatos não são perfeitamente compatíveis entre si e nem com as informações censitárias, refletindo não só a complexidade e multidimensionalidade da questão, mas também especificidades do movimento sindical. No entanto, pode-se afirmar que:

- a) há uma reflexão crítica sobre o uso de técnicas modernas na agricultura da soja que amadurece no seio do movimento sindical do RS, tendo já dado origem a algumas ações organizadas;
- b) no RS, a perspectiva que predomina, no âmbito da soja, é a dos pequenos proprietários, não aparecendo — quer enquanto análise, quer enquanto ação organizada — a visão dos trabalhadores assalariados⁴.

Antes de tematizar a questão da tecnologia-soja ao nível do movimento sindical de trabalhadores rurais do RS, é necessário sublinhar que as entrevistas revelam uma concepção bastante clara do que seja tecnologia, incluindo, mesmo, algumas classificações. Em sentido mais geral a tecnologia é apresentada como “orientar a produção”; orientar a produção para “sobreviver a família”, dimensões que muitas vezes se antagonizam na pequena produção de soja. Tecnologia é o conjunto de insumos, defensivos e adubos que se aplicam à agricultura e também as máquinas, os silos, a irrigação, as barragens. Tecnologia é o saber dos técnicos, dos agrônomos, mas também é o saber do agricultor. Se há técnicas que destroem o ambiente, há outras que o preservam; se a tecnologia moderna é inevitável, seu uso tem que ser adequado às necessidades do produtor e da produção. É esse ponto de equilíbrio no uso da tecnologia moderna a que parece visar a maior parte dos depoimentos, variando na maneira como o buscam. Se não há depoimentos que se manifestem

⁴ Segundo o presidente da FETAG, Sr. Ezídio Valério Pinheiro, a sindicalização no Estado é grande, mas “a área de assalariados falta ser mais atingida” não só numericamente, mas em termos de mobilização política “porque com o paternalismo, os sindicatos atendem esse pessoal apenas naquilo que interessa mais economicamente”.

acriticamente favoráveis à tecnologia moderna, há, por outro lado e minoritariamente, os que advogam, para o pequeno produtor, o uso exclusivo de técnicas tradicionais.

Tecnologia e mão de obra

São vários os fatores associados ao desemprego rural, como as crises em cooperativas e indústrias e preços desfavoráveis. Especificamente quanto à tecnologia, tanto a máquina como os defensivos são apontados como os grandes responsáveis pelo não aproveitamento da mão de obra disponível, seja ela familiar ou assalariada.

No Rio Grande do Sul "até deixaram de explorar a mão de obra do trabalhador, porque se tornou anti-econômico dentro da euforia da máquina"⁵. "Também levou ao desemprego no meio rural porque a máquina substituiu o homem e isso também criou um êxodo rural muito grande para nós, desses sem terra e desses com pouca terra que vieram para as fábricas"⁶. Além de ter "diminuído a mão de obra empregada pelo trabalhador rural"⁷, "mecanizar o Rio Grande do Sul serviu para o grande comer o pequeno"⁸.

Com respeito ao trabalho assalariado, como se observou, não há, nos depoimentos, um aprofundamento das implicações da tecnologia sobre essa forma de trabalho. Pelo contrário, há uma tendência a se identificar o trabalhador rural apenas como pequeno produtor e a se considerar que o assalariado está bem, melhor mesmo que o pequeno produtor.

Segundo os registros dos censos, houve uma expansão do assalariamento nos três municípios onde foram colhidos depoimentos, e uma queda no emprego da mão de obra familiar. Tais fatos, aliados à não representatividade dos assalariados

⁵ Entrevista com o Presidente da FETAG, Sr. Ezídio Valério Pinheiro em dezembro de 1983.

⁶ Idem

⁷ idem

⁸ idem

nos sindicatos, devem ser os responsáveis por essa situação. "O empregado rural é muito concorrido lá fora; não existe. Aquele que existe, ele é bem pago"⁹. "Existe muita mobilidade de mão de obra aqui: um dia trabalha para um, outro dia trabalha para outro. Pelo menos no nosso Município há uma grande conscientização quanto ao assalariado rural, que está recebendo a proteção e a orientação do sindicato quanto aos seus direitos. Aqui, agora, o assalariado ainda é aquele que está melhor, porque tem a sua segurança. E o produtor não tem segurança nenhuma. Porque o assalariado, chegou o fim do mês, o salário dele é tranqüilo"¹⁰.

A questão do desemprego que, no limite, implica o abandono do meio rural, acaba por escapar ao sindicato. "O problema é o seguinte: aquela pessoa que saiu de lá, ele vem ser problema para outras entidades aqui. Depois que ele saiu de lá, ele perdeu a condição de trabalhador rural"¹¹. E no processo de expulsão, a vítima não é o assalariado, mas o pequeno produtor, o parceiro: "aqueles que são expulsos pelas máquinas são os próprios produtores que estavam trabalhando de sócios, os que repartem o produto com o dono da terra . . . eles se transformaram nem bem em assalariados, porque não encontram tanto trabalho. Se transformaram em nômades, como ciganos . . . Porque inclusive o número de assalariados aumentou e não diminuiu. Há 10 anos, 15 anos atrás, quando cada um tinha a sua terrinha, não tinha muitos assalariados"¹².

Quanto ao pequeno proprietário, o processo de expulsão culmina com a venda da própria terra e o processo é descrito da seguinte maneira: "o pequeno proprietário que tem uma área que dá para trabalhar com máquinas contrata o vizinho, maior agricultor que ele, com sua máquina, e paga todas as despesas; de início, o esquema funciona, a seguir, passa a dar prejuízos; o pequeno proprietário decide arrendar para o vizinho; chega à conclusão que o arrendamento é muito pouco e resolve vender a terra para o vizinho e botar o dinheiro a juros . . ."¹³

⁹ Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983.

¹⁰ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Santo Ângelo, Sr. Virgílio Copetti em dezembro de 1983.

¹¹ Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983..

¹² Sr. Virgílio Copetti, supra.

¹³ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Carazinho, Sr. Jacob Claudino Rech, em dezembro de 1983.

A tecnologia moderna, associada à purificação do trabalho rural pela generalização do assalariamento — tendência apontada nos censos e confirmada nas entrevistas — parece, segundo depoimentos, caracterizar-se em uma nova fase: “de máquinas mais sofisticadas que estão sendo usadas pelo grande produtor e que exigem menos mão de obra”¹⁴ — o que tenderia a reduzir o emprego agrícola em termos absolutos “e de juros bancários mais altos que impedem o acesso do pequeno produtor a modernas tecnologias”¹⁵, o que tenderia a reduzir o trabalho assalariado, substituindo-o pelo trabalho familiar.

Além do desemprego e da expulsão do campo, a máquina tende a empurrar o pequeno agricultor para as piores terras; o parceiro ou o pequeno arrendatário são levados para as terras que não podem ser trabalhadas com máquina. “A máquina tomou as partes de terra boas de trabalhar e então o pequeno não dá mais nessa terra. O pequeno, se ele vai plantar de companheiro, de sócio, ou mesmo que ele vá arrendar um pedacinho, o que é de máquina ele não arrenda: ele vai arrendar só um pedregal . . . terra muito difícil de fazer, dá muito trabalho”¹⁶. Está aí um aspecto de intensificação do trabalho provocada pela tecnologia, sem que seja diretamente relacionada a seu uso.

Ainda, quanto aos efeitos da tecnologia sobre a mão de obra, resta destacar o reconhecimento de que a tecnologia moderna facilita o trabalho, além de poder conduzir a uma melhoria na qualidade de vida, especialmente se o pequeno produtor se livra do financiamento bancário. “Toda vida melhora. As facilidades. . . as máquinas são mais rápidas”¹⁷. Com a modernização, apesar das crises, “nós verificamos é que vem melhorando. A grande maioria dos agricultores, a maioria dos pequenos proprietários já possuem um carro, já tem uma luz elétrica. . .”¹⁸. Antes, produzia “muito menos; quando era boi, aí era mais difícil. Hoje é muito mais fácil. . . Sobra, para mim sobra, porque eu cheguei a escapar do Banco. Paguei todos os financiamentos de lavoura, de trator e tudo e hoje eu estou livre”¹⁹.

¹⁴ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Carazinho, Sr. Jacob Claudino Rech, em dezembro de 1983.

¹⁵ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Carazinho, Sr. Jacob Claudino Rech, em dezembro de 1983.

¹⁶ Entrevista a pequeno produtor de soja de Santo Ângelo, em dezembro de 1983.

¹⁷ Entrevista a pequeno produtor de Carazinho, em dezembro de 1983.

¹⁸ Entrevista ao Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983.

¹⁹ Entrevista a trabalhador rural de Carpina.

Esse reconhecimento de efeitos positivos da tecnologia sobre a mão de obra indica a complexidade da questão, que se diferencia segundo se trate de tipos distintos de trabalhadores rurais. O fato de a tecnologia moderna não poder ser homogeneamente identificada como prejudicial ao trabalhador rural dificulta a mobilização sindical e exige uma interpretação cuidadosa de suas diferentes implicações. Elementos dessa interpretação já se organizam entre pequenos produtores de soja, sindicalizados, do RS.

Tecnologia e preço

A expansão da tecnologia moderna na cultura da soja está associada a uma concentração de terras, equipamentos, insumos e ganhos da atividade agrícola. Assim percebem os entrevistados que identificam, nesse processo, a responsabilidade dos preços — tanto da tecnologia como do produto agrícola — na penalização do pequeno agricultor: o alto preço da tecnologia obriga o pequeno agricultor a recorrer ao crédito bancário que, com juros altos, asfixia o pequeno produtor; muitas vezes o pequeno agricultor, para cumprir os prazos do banco, é obrigado a vender o produto na época da colheita, quando os preços são mais baixos.

Um dos pequenos produtores de soja de Santo Ângelo, tendo trabalhado com o banco pela primeira vez, acha que “não valeu a pena. Deu prejuízo. . . o banco empresta em contato com o grande, não é para o pequeno não. . . os juros são muitos altos”²⁰. Há verdadeira unanimidade quanto à identificação dos riscos que o crédito representa. “O crédito é o que está matando o agricultor, inclusive esses juros. . . que afugentam todo mundo. . . Hoje uma máquina colheitadeira está a mais de 30 milhões, muito mais de 30 milhões”²¹. “Tirando o dilheiro do banco eles se endividaram de uma maneira que, hoje, tiveram que vender um pedacinho de terra para poder sair do banco e sobrou uma lasquinha. . . essa modernização da agricultura veio trazer um único privilégio aos vendedores de máquinas, adubos e aos bancos que fizeram seus melhores negócios”²². “Percebe porque na prática se vê isso a todo momento. A todo momento se vê as concentrações de terras, não é? de gente que não pode pagar o Banco do Brasil”²³.

²⁰ Entrevista a pequeno produtor de soja de Santo Ângelo, em dezembro de 1983.

²¹ Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983.

²² Entrevista com o Sr. Virgílio Copetti, Presidente do Sindicato de Santo Ângelo, dezembro de 1983.

²³ Entrevista com o Sr. Ezídio Valério Pinheiro, Presidente da FETAG.

O problema é que “a evolução do preço do produto comparada com o custo de produção, jamais acompanha. Então, o preço sempre foi inferior e houve um empobrecimento”²⁴. “Dentro das frustrações da falta de preço, a cada dia o agricultor fica mais dependente dos bancos”²⁵. Para um pequeno agricultor de Santa Maria: “do crédito? esse ano, graças a Deus, estou fora. . . os juros são muito altos e quando chega a época de vender a soja, tem que vender para pagar o banco. Naquela época tem que vender, o banco não espera e no ano passado tive que vender a seis mil e trezentos e quando foi no fim de agosto estava doze e uns quebrados. Não me deram chance de 30 dias mais!”²⁶. E isso acontece porque “na hora da colheita o produto, esses produtos, os seus preços baixam bastante. . . cada um que olha esses preços da produção acha que o pequeno produtor ganhou muito dinheiro, mas acontece que ele vendeu barato o seu soja”²⁷. “A renda, então, se concentra nas mãos de poucas pessoas. . . se a modernização fosse bem conduzida, acho que seria bom. O problema é que ela está sendo conduzida para concentração da renda. . .”²⁸.

O recurso ao crédito bancário, além de submeter o pequeno produtor a juros altos e suas implicações, institui um mecanismo de controle da produção pelo banco e de imposição de tecnologias, do qual derivam os problemas da hiperinsumização e da monocultura. “O pacote (tecnológico) vem dirigido, vem em cima de um agricultor que está comprometido, hoje, com os órgãos de financiamento. Vem pelo banco. . .”. É a dominação financeiro-tecnológica que exclui a possibilidade de decisão do pequeno produtor a respeito de um uso adequado de tecnologias e de produtos a cultivar. O banco, por exemplo, só libera o crédito mediante apresentação, pelo produtor, de nota de compra dos insumos. “O banco tem seus técnicos e tal e precisa, por exemplo, de tantos quilos de adubo por hectare, tal quantidade. . . . os defensivos agrícolas – tinha herbicida, tinha inseticida, no caso do trigo também tinha que ter fungicidas – . . . então o agricultor só conseguia liberar aquele valor designado no contrato para custeio de lavoura se tinha a nota; levava a nota no banco e o banco pagava para a firma vendedora que vendeu o defensivo agrícola para o

²⁴ Sr. Virgílio Copetti, *supra*.

²⁵ Sr. Ezídio Valério Pinheiro, *supra*.

²⁶ Entrevista a trabalhador rural de Carpina em fevereiro de 1984.

²⁷ Sr. José Carlos, *supra*.

²⁸ Entrevista com o Sr. Jacob Claudino Rech, Presidente do Sindicato de Carazinho, em dezembro de 1983.

produtor rural”²⁹, ³⁰. “O problema é que nós estamos achando que não vale os insumos e as máquinas de uma coisa exagerada. Para manter uma máquina, hoje em dia, não é fácil, porque eu, só para uma ajeitadinha no trator, gastei muito mais do que eu paguei. Isso dentro de quatro anos, cinco; eu paguei o dobro, agora, para trocar umas pouquinhas peças do trator equipado”³¹. A questão ha hiperinsumização, conduzida pelo banco, associa-se à formação de uma mentalidade consumista para o que outros agentes, além dos bancários, contribuem. Tam mentalidade está sendo contrarrestada pelos juros e altos custos das tecnologias modernas de produção agrícola. “O uso de máquinas criou uma mentalidade dentro da própria juventude que, hoje em dia dentro da nossa região, não se pode mais trabalhar manual e sim somente com máquinas. O que a gente nota ultimamente, devido ao alto custo dos financiamentos agrícolas com máquinas e insumos para a formação de lavoura, é que começa agora a mudar novamente a mentalidade”³². “Primeiro, não havia preocupação, por exemplo, quase ninguém tinha carro no meio rural e hoje os agricultores estão equipados com carros, com máquinas, com tudo. Então, as próprias pessoas vendedoras vão tentando incutir na pessoa: se uma pessoa faz uma boa safra não precisa sair de casa, alguém vai propor para trocar o trator, para trocar o carro, para enfiar mais uma máquina, mais um. . .”³³.

O financiamento por produto acaba por levar o pequeno produtor à monocultura, o que aumenta sua vulnerabilidade. “Se nós temos uma propriedade de 10 ha de terra, ou quinze, vem um financiamento para cada tipo de cultura; nós defendemos que deveria haver um financiamento para aqueles 10 ha de terra e aquilo que o agricultor tivesse. . . havia uma orientação técnica que fazia com que o agricultor, se quisesse plantar financiado, tinha que plantar tipos de culturas específicas; apenas soja podia com a máquina e não podia plantar milho no meio senão o banco não financiava”³⁴. “Desde que foi iniciado o cultivo da soja na nossa região, o pequeno proprietário pôs na cabeça que os outros deveriam plantar só a soja e abandonar, praticamente, as outras culturas. . . muitos foram levados por uma política

²⁹ Entrevista com o Sr. Jacob Claudino Rech, President do Sindicato de Carazinho, em dezembro de 1983.

³⁰ Entrevista a trabalhador rural de Carpina.

³¹ idem

³² Sr. Jacob Claudino Rech, supra.

³³ Entrevista com o Sr. José Carlos, em outubro de 1983.

³⁴ Entrevista com o Sr. Ezídio Valério Pinheiro, Presidente da FETAG, em dezembro de 1983.

agrícola vigente nesse país a produzir aquilo que era produto de exportação, deixando de lado os outros produtos de subsistência interna; muitos desses produtos não tinham, assim, uma comercialização garantida e nem mesmo um preço mínimo. . . caso que não ocorre com a soja. Então, a opção que o pequeno tomou, tendo em vista esses problemas, foi plantar praticamente só a soja; e isso criou problemas para o pequeno produtor rural que, geralmente, mandava fazer a lavoura por alguém que tinha máquina. No tempo que era mais barato esse trabalho de preparo do solo, plantio e colheita das máquinas, ainda sobrava, mas agora, com o alto custo desse tipo de serviço, então já não sobra mais nada; e ainda se agravou mais devido ao alto custo do dinheiro, dos juros que estão sendo cobrados"³⁵. Alguns agricultores tem tentado escapar do banco e todos os depoimentos são muito favoráveis a quem consegue. "O que se nota, de alguns anos para cá, é que muitos conseguem formar lavoura sem o crédito, embora apareça com menos técnica. Às vezes, com menos adubo; e muitos passaram a usar até semente própria"³⁶. Embora reconhecendo, alguns, que "colocando tudo o que a terra precisa", talvez se obtivessem melhores resultados, a dependência do banco, nas condições em que lhes é o oferecido o crédito, por tudo o que ela implica de perda de autonomia do produtor, deve ser evitada. Ou que se consigam outras formas de financiamento, ou que se elevem os preços dos produtos agrícolas. "Uma coisa que nós queríamos que o governo fizesse: gostaríamos não do financiamento, mas de preço bom para o produto, porque com preço bom você capricha, você tem amor àquela planta"

Alguns depoimentos destacam a deterioração da qualidade de alguns insumos modernos que, mais caros, não cumprem suas finalidades. "Quando eles largaram os primeiros adubos para nós, era adubo. Agora, vem uma pedra moída só. . . e dentro daquela fórmula que tinha, a gente colocava na plantadeira e, se não levasse ela no primeiro ano, quando era no quinto ano não tinha mais plantadeira de um ano para o outro que ele não enferruja a plantadeira mais"³⁷.

O alto custo da tecnologia — com o aumento dos juros, etc. — contribui para que o pequeno produtor seja mais criterioso em sua avaliação e busque um uso não exagerado. A relação custo de produção — preço do produto passa a ser levada em

³⁵ Entrevista com o Sr. Jacob Claudino Rech, Presidente do Sindicato de Carazinho.

³⁶ idem.

³⁷ Entrevista a produtores rurais e Presidente do Sindicato de Santo Ângelo, em dezembro de 1983.

conta pelo agricultor, num cálculo racional que visa a garantir retorno. "Isso é o que nós precisamos avaliar. . . o agricultor precisa saber que se ele aplicar muita coisa na lavoura. . . vai acabar aquela lavoura sendo anti-econômica para ele; então, ele precisa saber o que aplicar e como aplicar para saber se não está fazendo um gasto que não vai ser superado depois"³⁸.

Tecnologia e produtividade

Os depoimentos não negam que a tecnologia moderna aumente a produtividade, mas afirmam que este não pode ser o único critério a inspirar adoção de tecnologias. Do ponto de vista da pequena produção, a meta única do aumento da produtividade pode levar ao empobrecimento, à dependência do banco ou da grande empresa, à perda da propriedade. A partir dessa posição, os pequenos produtores sindicalizados desenvolvem uma visão crítica da modernização tecnológica identificando o jogo de poder e interesses que a comandam, afirmando que a tecnologia deve ser analisada numa perspectiva global e suas implicações devem ser consideradas para os diferentes tipos de produtores em termos de aumento de produtividade, de qualidade de vida, de meio ambiente e de saúde. O grau de complexidade dessa visão crítica varia entre os produtores, sendo as lideranças sindicais as que tendem equacionar o problema em termos mais amplos.

O que identificam como problemático é o uso exagerado de algumas tecnologias modernas, uso imposto pelo banco e técnicos de firmas particulares que vem a satisfazer o interesse dos grandes produtores, especialmente das multinacionais de insumos e máquinas agrícolas. O governo brasileiro conduz essa difusão tecnológica de uma forma que caracteriza o modelo de desenvolvimento adotado, em que as decisões são impostas "de fora para dentro" e "de cima para baixo". Ainda característico desse modelo que exagera o uso de certas tecnologias é o não uso de toda tecnologia disponível. É essa seleção e esse exagero que devem ser combatidos de uma perspectiva globalizante — no sentido de que se devem considerar diferentes implicações da tecnologia para produtores, consumidores, mão de obra, meio ambiente — e que não postule soluções tecnológicas universalmente válidas — o uso adequado da tecnologia tem que passar pela cooperação entre diferentes agentes; o saber do técnico e o saber do agricultor experiente tem que ser combinados para

³⁸ Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983.

que se produzam soluções tecnológicas adequadas. "Porque tudo que é demais é errado"³⁹. "Porque me obrigaram a botar três sacos de adubo em um hectare de terra, que minha terra não precisa. . . É o órgão do Ministério da Agricultura que obriga os órgãos financeiros a exigirem isso. Porque as multinacionais de adubo brigaram, ou subornaram, fizeram qualquer coisa; comprometeram os órgãos do governo sobre aquele setor a agir assim. . . o agrônomo é o mandalete deles para executar aquilo; ele também recebe ordens, senão perde o emprego"⁴⁰. "É implantado de fora para dentro. Vieram aqui dizer que isso aí não era mais agricultura e que o Brasil estava importando alimentos e que isso não podia acontecer. Somente com a mecanização, com a tecnologia moderna. . . é que o Brasil poderia ser auto-suficiente. E que a agricultura tradicional era superada. . . então, começou a influir os órgãos do governo; porque não foi aqui no agricultor, porque tudo que nós estamos vivendo hoje foi imposto de cima para baixo; nada brotou de baixo para cima"⁴¹. "Quanto dinheiro esbanjado e quanta contaminação e quanto predador que foi morto ali naquela hora; abelha que faz o mel, a aranhazinha que come a lagarta, o passarinho que come a lagarta e tudo sacrificado. Então é o desregramento do uso da tecnologia"⁴². "Na minha propriedade eu não uso adubo; há mais de 50 anos que eu vim para aqui, que eu conheci aquela terra produzindo a esta produzindo até hoje. . . ninguém faz a conta porque não convém às multinacionais parar de vender adubo; por que é que eu não ponho adubo? . . . porque eu tenho um terraciamento e a água não me lava um grão de terra"⁴³.

"Tenho certeza de que se fosse adotada uma tecnologia mais avançada nas pequenas propriedades, até os alimentos sairiam mais baratos para o consumidor. . . a gente sabe que as pequenas e médias propriedades não usam nem a tecnologia hoje possível para produzir, a começar com curvas de nível, de recuperação do solo e no plantio; tem muitos aí que não usam a tecnologia possível devido à extensão da área que tem"⁴⁴.

³⁹ Entrevista com trabalhador rural de Carpina, em fevereiro de 1984.

⁴⁰ Entrevista com o Sr. Virgílio Copetti, Presidente do Sindicato de Santo Ângelo, em dezembro de 1983.

⁴¹ idem

⁴² idem

⁴³ idem.

⁴⁴ Entrevista com o Sr. Jacob Claudino Rech, President do Sindicato de Carazinho, em dezembro de 1983.

De início, a tecnologia moderna foi sendo imposta sem crítica organizada por parte dos pequenos produtores, que não conheciam do que se tratava. Segundo depoimentos, há diversas fases da tecnologia — curva de nível, calcáreo, defensivos, etc.; agora, depois de terem “apanhado”, acreditam que vá melhorar. “O agricultor foi pego sempre de surpresa, até o momento em que os sindicatos começaram a questionar e os próprios agricultores começaram a fazer testes de lavoura. . . estavam mostrando para os técnicos que da forma que eles estavam produzindo, usando alguns adubos orgânicos e plantando consorciado. . . estariam rendendo mais financeiramente”⁴⁵. “Nós estamos iniciando um trabalho juntamente com um agrônomo. . . ele está colocando que não quer ensinar praticamente nada a ninguém, mas que dá as dicas para o próprio agricultor começar a se organizar. Diz ele que não se pode fazer uma tecnologia geral para todo mundo aplicar a mesma coisa; vai depender muito da propriedade que o agricultor tem, do tipo de solo e de uma série de coisas. . . o agrônomo e o técnico agrícola têm que dialogar com o agricultor, com o produtor. . . e têm que se sentar lá e ver a técnica de um e a experiência do outro, aliar as duas coisas e partir para nova tecnologia”⁴⁶. “Os técnicos orientam, mas a gente também vai pegando a prática”⁴⁷.

O agricultor tem que ser ouvido, e isso é fundamental para o uso adequado da tecnologia. A experiência do agricultor tem sido valorizada pelo sindicato em colaboração com técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER e universidades de modo a possibilitar um cálculo adequado de uso de tecnologias visando ao rendimento do pequeno produtor. “Olha, até hoje os exemplos principais, as melhores coisas, saíram do agricultor. . . a FETAG foi apenas uma colaboradora, que teve uma faculdade do interior do Estado que teve a iniciativa, que fez grandes convênios onde foi implantada a contabilidade rural. . . e nessa contabilidade ele tinha todos os gastos e toda essa receita. . . usando a sua terra, tratando a sua terra e apenas aprendendo alguns métodos de correção de solo ou de curvas de nível para conservar esse solo, o próprio agricultor é o grande responsável pelas maiores descobertas para sobrevivência”⁴⁸.

O uso adequado da tecnologia contribui não só para melhores rendimentos do pequeno produtor, mas também para preservação da natureza e da saúde do traba-

⁴⁵ Entrevista com o Sr. Ezídio Valério Pinheiro, Presidente da FETAG, em dezembro de 1983.

⁴⁶ Sr. Jacob Claudino Rech. supra

⁴⁷ Entrevista com trabalhador rural da Carpina, em fevereiro de 1984.

⁴⁸ Entrevista com o Sr. Ezídio Valério Pinheiro, Presidente da FETAG, em dezembro de 1983.

lhador. "Os que fabricam, os que vendem. . . a maioria desses traz um agrônomo que recomenda o uso de tal e tal tipo de produto, de defensivo agrícola. . . conforme a firma ele vem com um tipo de defensivo agrícola. O que parece que ajudou muito no uso mais correto são as técnicas das nossas cooperativas, porque eles não estão ligados às firmas vendedoras desses produtos. . . produtores rurais aplicaram três vezes inseticida. . . mesmo não tendo aparecido a praga ainda; então eles aplicavam assim, como preventivo e não como defensivo, para não aparecer; eles passaram os venenos e ficavam em enorme poluição. . . a partir de trabalhos feitos, inclusive lá na FETAG, no Congresso Estadual, foi levantado esse problema. . . baseados em intoxicações e até mortes. . . se chegou assim, agora, num uso bastante moderado desses defensivos agrícolas"⁴⁹. "(O defensivo) fica no organismo da pessoa e com o decorrer dos anos é que vai aparecer. Então, nós temos, hoje, muitos agricultores morrendo por veneno 10 ou 12 ou 15 anos depois. . . existe (mobilização em torno do problema) e já mudou muito no Rio Grande do Sul onde é pregado isso em todos os cantos. . . antigamente o agricultor usava esse tipo de produto totalmente desprezado para sua saúde"⁵⁰. "Máscara nós não usamos, agora, tem que agarrar um pano grande de algodão bem grosso. . . que pega assim o nariz e a boca. . ."⁵¹. Quem orienta é a EMATER. E em quantidades certas não há prejuízo. "Só em quantidade certa; a gente põe na terra para não nascer o brejo, a gente controla para não exagerar. . . eu tenho um açude em volta da lavoura e nunca morreu um peixe, nunca vi um morto"⁵².

"Com esse trabalho que foi feito. . . os nossos pássaros tinham acabado, os nossos peixes estavam. . . tudo. . . acabou, envenenou, matou tudo; agora, voltou tudo, os pássaros voltaram todos. . . existe peixe em toda parte. . . até tanta lagarta é benéfica porque a soja vem com aquela folhagem viçosa demais que se os bichinhos comerem um pouco é até benéfico"⁵³. Além de buscar o uso moderado dos insumos modernos, os pequenos produtores, trabalhando com técnicos da EMATER, de algumas cooperativas e com algumas universidades, começam a tentar um controle natural da lavoura e a usar "veneno, só quando necessário".

⁴⁹ Entrevista com o Sr. Jacob Claudino Rech, Presidente do Sindicato de Carazinho, em dezembro de 1983.

⁵⁰ Sr. Ezídio Valério Pinheiro, supra.

⁵¹ Entrevista com trabalhador rural de Carpina, em fevereiro de 1984.

⁵² idem.

⁵³ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Carpina, em fevereiro de 1984.

Além do controle natural de pragas, da conservação do solo e do uso moderado de insumos modernos, para o pequeno produtor é importante evitar a monocultura.

Política Tecnológica

Na visão dos trabalhadores sindicalizados, a mão de obra é totalmente excluída da formulação da política tecnológica e, desse fato, advém os grandes problemas que, no que diz respeito à tecnologia, afetam o trabalhador rural. Para a identificação desses problemas, os trabalhadores tiveram que experimentar os efeitos negativos da imposição do uso abusivo de algumas tecnologias e, a partir do esforço conjunto de sindicato, EMATER, universidade e algumas prefeituras, começaram a criticar a modernização tecnológica e a formular elementos de uma política tecnológica que interesse ao pequeno produtor. “Nossa preocupação, aqui, é atacar em todos os sentidos. Nós nos preocupamos bastante com a assistência técnica ao trabalhador. A prova é que nós cedemos oito salas para que a EMATER. . . possa dar uma assistência bem de perto ao agricultor. . . mantemos entrosamento com a Secretaria de Agricultura, com agrônomos da Prefeitura, com agrônomos da universidade. . . (e se trabalha) inclusive, com lavouras experimentais, com grupos de jovens, com grupos de senhoras”⁵⁴.

Desse esforço conjunto de técnicos, lideranças e bases sindicais, começam a ser estruturados os interesses do pequeno produtor quanto à tecnologia, pelo menos quanto aos aspectos da modernização que não lhes convém. Assim, é importante livrar-se do banco, da monocultura, do excesso de insumos, do excesso de máquinas, do aumento dos juros, do controle tecnológico imposto de cima e de fora, dos preços desfavoráveis. É importante, também, proceder a um cálculo cuidadoso das despesas e receitas visando a uma redução dos custos da produção e a uma melhoria dos preços do produto. É importante, em suma, participar das decisões de política tecnológica. Está claro, porém, que essa participação tem que ser conquistada e que tem que se apoiar em uma mobilização intensa das bases sindicais — sendo difícil mobilizar, os ganhos, quando existem, são sempre parciais.

⁵⁴ Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983.

São feitas reuniões, programas de rádio, campanhas, mas em muitos depoimentos se nota que, do sindicato, se espera assistência social e que se gosta, sim, do sindicato, por ser ele melhor que o INPS. Assistencialismo, de um lado, e economicismo imediatista, de outro, dificultam o avanço do movimento. "Posições isoladas, no nosso movimento sindical, são altamente prejudiciais. . . as decisões devem ser iguais, por exemplo, aquelas da conquista da soja, que nós mobilizamos todo o Estado de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Onde tinha soja estava mobilizado o agricultor. Mas aí houve uma interpretação nossa que não foi o sindicalismo que movimentou aquele povo. Foi os centros e poucos pila que saia de cada saco de soja do bolso do colono. . . não foi aquela camiseta que eles vestiram do sindicato. Foi a perda que eles estavam prevendo"⁵.

As campanhas, porém, são feitas e mobilizam os agricultores. Algumas vezes se obtém resultados positivos, mesmo que parciais. As principais campanhas desenvolvidas pelo movimento sindical no RS e nos municípios em que se colheram depoimentos trazem a questão tecnológica em primeiro plano; são as campanhas da policultura, do uso controlado de defensivos, do uso de adubo orgânico, de preservação do meio ambiente e da saúde, contra a construção de barragens, pelo aproveitamento da mão de obra rural, pela permanência do agricultor no campo.

A campanha pela policultura encontra um limite na possibilidade de comercialização, mas já produz alguns resultados. "Nós fizemos uma campanha de produção de milho. . . se colheu bastante, mas na hora de comercializar a maioria desses pequenos produtores não conseguiu nem sequer o preço mínimo para o produto. . . caso que não ocorre com o soja. . . graças a trabalho que nós estamos fazendo no sindicato e cooperativa, alguns já estão voltando. . . novamente para a policultura. . . o problema é sempre a comercialização"^{5 6}.

A campanha pelo uso moderado de defensivos desemboca na aprovação de um receituário agrônômico, um decreto do governo do Estado que controla a venda de insumos submetendo-a à receita emitida por um agrônomo. Se, em princípio, o resultado da campanha foi positivo, na prática também gera problemas. "Hoje,

^{5 5} Entrevista com o Sr. Virgílio Copetti, Presidente do Sindicato de Santo Ângelo, em dezembro de 1983.

^{5 6} Entrevista com o Sr. Jacob Claudino Rech, Presidente do Sindicato de Carazinho, em dezembro de 1983.

em algumas regiões do Estado onde nós não temos ainda técnicos para esse receituário, tem criado um problema muito sério. . . as pragas começam a devorar as lavouras. . . em algumas regiões que não tem agrônomo, para comprar quinhentos gramas de formicida para matar formiga, 500 cruzeiros, eles têm de pagar 8 mil de receita. . . e tem um conflito muito grande entre técnicos agrícolas e agrônomos, hoje, porque os técnicos agrícolas também lutam para poder dar o receituário”⁵⁷. A medida, porém, foi importante e significa um ganho para o pequeno produtor “houve uma redução monstruosa. . . tudo graças a essa orientação técnica que houve aí. . . além de um controle da poluição, houve uma economia muito grande”⁵⁸.

As campanhas são feitas, também, pelo rádio – como a do combate à poluição⁵⁹ – e, às vezes, a televisão é chamada. Em muitos casos não se consegue avançar muito: “era o pior deles, o mais tóxico que tinha; aquele que fica 25, 30 anos na terra depois de aplicado e não sai mais. Então, nós levamos a televisão lá. . . televisionamos aquilo, o agricultor até falando, contando como está a saúde dele. Eles levaram aquilo para Porto Alegre; tu pensas que passaram de novo? . . . a marca daquele veneno simplesmente foi cortada. . . passou só aquela vez. Só aquela vez aqui na localidade. Levaram para passar nesse programa de domingo. . . o Globo Reporter; nunca, nunca passou”⁶⁰.

Nas campanhas, tenta-se envolver os produtores, diretamente visados por elas, mas também conseguir interesse e simpatia de outros setores da população. A campanha contra a construção de barragens ilustra bem a preocupação de ampliar as referências a questões que, aparentemente, diriam respeito ao restrito setor de pequenos agricultores. “No Rio Grande do Sul, em torno de duzentas famílias serão desalojadas dentro de 10, 15 anos, de uma área onde será construída barragem, que é no rio Uruguai. . . além das 140 mil famílias, hoje levantadas, sem terra, mais esse grande número que poderá ser desalojado. . . até o momento o movimento sindical estava brigando para que essas famílias fossem bem remuneradas, mas hoje a sociedade, em geral, tomou consciência que não podemos defender só essas famílias da área atingida porque essas barragens trazem conseqüências climáticas e inclusive de uma região produtora de grãos. . .”⁶¹.

⁵⁷ Entrevista com o Sr. Ezídio Valério Pinheiro, Presidente da FETAG, em dezembro de 1983.

⁵⁸ Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em dezembro de 1983.

⁵⁹ idem

⁶⁰ idem.

⁶¹ Entrevista com o Sr. Ezídio Valério Pinheiro, Presidente da FETAG, em dezembro de 1983.

Quanto à utilização da mão de obra como alternativa ao excessivo uso de máquinas e defensivos, a campanha é feita visando ao aumento do uso da mão de obra familiar e também da assalariada, junto aos diversos tipos de produtores. "À pequena propriedade a gente consegue, dentro da orientação, da conscientização, fazer voltar o aproveitamento da mão de obra. Agora, na grande propriedade é mais difícil, porque lá é uma quantidade de terra grande e a máquina se torna viável"⁶². Além de visar a intensificação no uso da mão de obra, o movimento sindical compromete-se, também, com a fixação do homem no campo, como evitar o êxodo para a cidade, especialmente dos jovens. "Nós achamos que esse tipo de campanha que dizem que tem que ficar no campo, isso não adianta. . . eles estão conscientes que a cidade é ruim, agora até provar que o campo seja melhor de fato, eles não vêm. Então só a terra não adianta"⁶³. No Rio Grande do Sul, hoje, são cadastradas 140 mil famílias sem terra, o que faz do acesso à terra um problema de primeira ordem para o movimento sindical. Os depoimentos, especialmente das lideranças sindicais, sublinham, porém, que esse problema não pode ser atacado de forma simplista e que para ter sentido dar terra tem que haver uma política agrícola adequada.

A questão tecnológica, como revelam os depoimentos, está presente nas preocupações dos produtores de soja do RS, seus temas mobilizam as bases sindicais e se organizam pelo esforço conjunto das lideranças sindicais, técnicos de cooperativas, da EMATER, agrônomos de universidades, etc. Ao discutirem o uso da tecnologia, os depoimentos sublinham a dimensão política da tecnologia e a necessidade de os trabalhadores rurais participarem das decisões. Não se acredita, portanto, na neutralidade da tecnologia, mas sim em que o pequeno produtor rural tem que lutar para "ser o protagonista de seu próprio desenvolvimento. . . que ele não viva única e exclusivamente como instrumento de enriquecimento de outros e empobrecimento dele próprio"⁶⁴.

⁶² Entrevista com o Sr. Ezídio Valério Pinheiro, Presidente da FETAG, em dezembro de 1983.

⁶³ Entrevista com o Sr. Ezídio Valério Pinheiro, Presidente da FETAG, em dezembro de 1983.

⁶⁴ Entrevista com o Sr. Virgílio Copetti, Presidente do Sindicato de Santo Ângelo, em dezembro de 1983.

A REGIÃO AÇUCAREIRA DE CAMPOS

A CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em 1975, 13.171 agricultores fluminenses colheram, numa área de 167.847 ha, 6.619.389 toneladas de cana. Em 1980 o número de produtores passou a 13.562, a área a 199.655 ha e a produção a 7.059.095 toneladas. A produtividade média do estado caiu nesse período, portanto, de 39,43 a 35,35 ha, e a área média cultivada por produtor passou de 12,74 a 14,72 ha.

Estrutura Fundiária

Em 1980 a produção de cana-de-açúcar encontrava-se expressivamente concentrada no Rio de Janeiro. Os estabelecimentos com áreas de lavoura de cana superiores a 500 ha e entre 100 e 500 ha representavam respectivamente 29,12 e 31,58% da área total plantada. Os estabelecimentos entre 10 e 100 ha detinham 26,21% da área e os de área inferior a 10%, apesar de constituírem na época 83,84% do número total de estabelecimentos, ocupavam somente 13,07% da área. Comparando estas informações com as do censo anterior observa-se que o estrato situado entre 0 e 10 ha perde importância relativa no número e na área. O estrato que vai de 10 a 100 ha mantém a participação, no número e perde na área. Os estratos de 100 a 500 ha e de 500 ha e mais aumentam sua participação no número e de maneira mais expressiva na área. Apesar de, na maior parte dos casos, as alterações observadas situarem-se numa ordem de grandeza inferior a 3%, os dados indicam uma tendência lenta em direção à concentração da produção de cana de áreas maiores.

No que se refere à condição do produtor, em 1980 a grande maioria (85,82%) era constituída por proprietários. Esta categoria aumentou sua participação no total de produtores entre 1975 e 1980, assim como a de arrendatários que passou a 4,02%. Os parceiros e ocupantes diminuíram sua participação, chegando em 1980 a 3,0% e 7,13% respectivamente.

Tecnologia utilizada

O Censo Agropecuário traz as informações a respeito da tecnologia utilizada divididas num primeiro momento pelo critério "uso de sementes selecionadas" e sua combinação com outras práticas. Obtém-se assim quatro grandes categorias: Só sementes selecionadas, só sementes comuns, sementes selecionadas e outras práticas e

sementes comuns e outras práticas, estas duas últimas subdivididas por cada prática ou conjunto de práticas discriminado. No caso da cana, a grande concentração, em 1980, em termos de área e produtores, localizava-se na categoria sementes comuns e outras práticas, que detinha 68,56% da área e 34,90% dos produtores. A utilização exclusiva de sementes comuns vinha em segundo lugar, com 21,36% da área e 62,86% dos produtores. O uso de sementes selecionadas, só ou acompanhado de outra prática, ocupava 10,07% da área e apenas 2,22% dos produtores. No interior da categoria sementes comuns e outras práticas, destacam-se os que utilizam defensivos e adubação, e os que só usam adubação. Estas categorias respondiam em 1980 por 25,35 e 33,98% da área total plantada. Confrontando os resultados com os do censo de 1975, verifica-se uma diminuição no número de usuários de sementes selecionadas (763 a 302) concomitante ao acréscimo da área por eles ocupada (17.039 a 20.115 ha). Os que utilizam sementes comuns e outra prática tecnológica aumentam significativamente sua participação no número de produtores (24,72 a 34,90%) e na área (64,37 a 68,56%). Finalmente, os que utilizam apenas sementes comuns diminuem sua participação em termos de número e área. Estes dados indicam um relativo incremento de determinadas práticas tecnológicas (notadamente o uso de sementes selecionadas e a adubação) principalmente no que se refere à área por elas ocupada.

Produtividade

Como vimos, a cultura da cana no estado do Rio experimentou um declínio da produtividade entre 1975 a 1980. A análise das variações verificadas na produtividade por condição do produtor, grupos de área cultivada e tecnologia empregada é difícil, uma vez que, além da tecnologia, a produtividade é função de fatores, como a fertilidade e a diversidade climática, inteiramente ausentes nas informações censitárias. Estes fatores tornam tão mais temerária qualquer conclusão, quanto menor for a área abrangida pela categoria, e podem considerar-se mais seguramente diluídos à medida que essa aumenta.

Tomando a condição do produtor, observa-se uma queda na produtividade dos proprietários (39,98 a 35,32 ton/ha). Os ocupantes acompanham esta tendência (32,58 a 30,88 ton/ha), mas os parceiros e arrendatários a incrementam, passando de 29,53 e 37,03 a 30,67 e 38,55 ton/ha respectivamente.

Com relação à tecnologia utilizada, pouco se pode afirmar. A utilização de sementes selecionadas e outras práticas caiu de 42,51 para 33,08 ton/ha. A só utili-

zação de sementes selecionadas melhorou seu desempenho, passando de 31,82 a 39,34 ton/ha. Sementes comuns e outra prática produziram 40,50 ton/ha em 1975 e 35,63 ton/ha em 1980. Sementes comuns exclusivamente passou de 35,91 a 35,42.

A produtividade por grupos de área de lavoura apresenta maiores regularidades. Nos dois anos, de forma geral, verifica-se o aumento da produtividade a par do da área ocupada. Em 1975 os estabelecimentos de menos de 10 ha de lavoura colheram 31,29%; os de 10 a 100 ha, 34,59; os de 100 a 500 ha, 41,89; e os de mais de 500 ha, 46,58 ton/ha. Em 1980 os números são de 34,13, 36,10, 38,34 e 32,48. Além da relação já apontada entre área e produtividade, os dados mostram: a importante exceção dos estabelecimentos de mais de 500 ha em 1980, e o simultâneo acréscimo da produtividade nos estabelecimentos de área inferior a 100 ha e seu decréscimo nos de área superior, no mesmo ano.

OS MUNICÍPIOS DE CAMPOS E SÃO JOÃO DA BARRA

Em 1975, o município de Campos abrigava a 49,79% dos produtores de cana-de-açúcar do Rio de Janeiro, que trabalhavam 67,67% da área coberta pelo produto e respondiam por 71,85% do total colhido. No mesmo ano, São João da Barra contava com 6,84% dos produtores, 6,29% da área plantada e 7,31% da produção. Em 1980, Campos diminui sua participação (44,99% dos produtores, 61,32% da produção e 59,22% da área plantada) e aumenta a de São João da Barra (9,61% dos produtores, 15,28% da produção e 13,19% da área). Além do peso destes municípios na produção do Estado, os dados mostram que em média, seus produtores plantam área maiores e colhem mais por hectare que os produtores de outros municípios.

Estrutura Fundiária

Em 1975, os 8946 estabelecimentos agropecuários de Campos ocupavam 427.542 ha. Destes, 180.890 estavam ocupados por pastagens e 166.490 por lavouras temporárias entre as quais sobressaia a cana com 113.586 ha. Em 1980, a área rural do município havia perdido quase 100.000 ha para a cidade, passando seus 8699 estabelecimentos a ocupar 328.592 ha. A área de lavouras temporárias caiu para 142.288 ha, mas, no seu interior, cresce a participação da cana, que atinge a 118.240 ha. O grosso da perda de área deu-se às expensas da pecuária, pois as pastagens reduziram-se para 129.737 ha.

São João da Barra, no mesmo período, passou de 3983 para 5089 estabelecimentos, com um decréscimo da área total, que passou de 132.528 ha a 122.795 ha. As lavouras temporárias incrementaram sua área, passando de 33.512 a 46.857 ha (cana-de-açúcar: 10.563 a 26.352 ha). A área de pastagens caiu de 69.881 para 50.629 ha.

No que se refere à propriedade das terras predomina a individual. Em Campos 91,80%, em em São João da Barra 95,83%, dos estabelecimentos pertenciam em 1980 a esta categoria. A área por eles ocupada constituía 68,27% e 76,42% do total. Significativa é a participação das Sociedades Anônimas ou por Quotas de Responsabilidade limitada. Apesar de responderem por apenas 1,66% do total dos estabelecimentos em Campos e 0,23% em São João da Barra, ocupavam respectivamente 24,54% e 18,82% da área destes municípios. Na comparação intercensitária observam-se poucas mudanças além do incremento da área das Sociedades Anônimas, mas acentuado em São João da Barra.

Quanto à distribuição das terras por estratos de área total, não ocorrem grandes mudanças no período. Em Campos, todos os estratos de área inferior a 5 ha incrementam seu número e, de maneira menos significativa, a área ocupada. No total, estes estabelecimentos passam de 54,89% para 63,97% do número, e sua área cresce de 4,38% para 5,31%. Todos os demais estratos até a marca de 2000 ha perdem em número de estabelecimentos e tendem a ampliar sua participação na área ocupada. Os estratos situados entre 10 e 200 ha aumentam-na ligeiramente (com a exceção dos estabelecimentos entre 20 e 50 ha, que caem de 10,11% para 9,45%) e os demais têm incrementos mais significativos, da ordem de 3 a 4%. O estrato de 2000 a 5000 ha reduz sua participação de 9,72% para 6,51% e o de 5000 a 10.000 ha desaparece em 1980.

São João da Barra apresenta um perfil ligeiramente diferente. Os estratos de área inferior a 5 ha também aumentam sua participação no número de estabelecimentos e na área ocupada. Seu percentual do número vai de 59,03 para 71,49% e da área de 7,07% para 9,12%. Todos os demais estratos diminuíam sua participação no número e na área com duas exceções: o de 100 a 200 ha que amplia sua fatia da área total de 14,75% para 18,31% e o de 2000 a 5000 ha que passa de 14,07% para 18,42%.

Em termos da condição do produtor, os proprietários de Campos aumentam seu peso no número (de 88,53% a 92,05%) e na área ocupada (de 92,8% a 95,02%).

As demais categorias, já pouco expressivas em 1975, declinam ainda mais em número e área, em 1980.

Em São João da Barra, a participação dos proprietários decresce no número (86,84% a 76,51%), e aumenta na área (89,59% a 94,66%). É significativo o extraordinário crescimento da categoria de parceiros que salta de 8,33% a 18,86% do total de produtores, com um crescimento menos expressivo da área ocupada (1,03% a 2,87%). As demais categorias, têm sua participação diminuída no número e na área.

Consumo de Tecnologia

No que se refere a adubos e defensivos, os censos não fornecem indicações dos volumes consumidos, apenas do número de usuários, o que torna qualquer conclusão sujeita a suposições não comprováveis. Em Campos e São João da Barra cresceu o número e o percentual dos estabelecimentos que utilizavam adubo. Em Campos, estes constituíam 17,79% do total e passaram a 23,39%. Em São João da Barra o acréscimo foi maior: de 16,47 a 24,71%. Supondo-se que o percentual superior do número de estabelecimentos represente uma área também superior e que a relação quantidade de adubo/hectare não tenha se alterado significativamente, podemos concluir por uma intensificação da utilização de adubo na região. Quanto ao calcário, apesar de os estabelecimentos usuários terem dobrado sua fatia no total, sua utilização ainda é muito restrita: 0,48% em Campos e 0,19% em São João da Barra em 1980. O percentual de estabelecimentos que usam defensivos manteve-se praticamente inalterado em Campos (12,63 a 12,74%) e cresceu bastante em São João da Barra (21,81 a 40,20%).

A evolução da mecanização apresenta algumas características curiosas. De maneira geral, em Campos observa-se a estabilização ou até mesmo o decréscimo de número de máquinas e implementos, concomitantemente ao acréscimo de usuários. Os tratores passam de 1822 para 1644 unidades, enquanto, o número de usuários aumenta de 735 para 882. Tanto o número de arados de tração animal quanto o de tração mecânica decrescem (1982 a 1616 e 1366 a 1225). No entanto, se o número de usuários dos de tração animal cai também (1396 a 1076), cresce o dos de tração mecânica (600 a 682). As colhedeiças seguem o mesmo padrão. Seu número praticamente não se altera (189 a 194), mas os usuários passam de 93 a 189. Estes dados parecem indicar uma utilização mais racional das máquinas e implementos. Se em 1975 a concentração de maquinaria por ha era igual ou menor que em 1980, neste

último ano um número maior de produtores fez dela uso. Supondo que esse incremento do número correspondeu a um de área, é provável que em 1980 mais hectares tenham sido trabalhados mecanicamente que em 1975.

Esta suposição também encontra respaldo nas informações censitárias a respeito de "Uso e Procedência da Força Utilizada nos Trabalhos Agrários". Os estabelecimentos que utilizavam força mecânica aumentaram sua participação no número total, passando de 34,70% em 1975 para 58,97% em 1980. E mais, enquanto o percentual dos que possuem a força utilizada quase não se altera (21,12 a 21,27%), o dos que a alugam passa de 16,70 para 24,81%. Ao que tudo indica, provavelmente impedidos pelo acréscimo de preços e dificuldades de crédito, os agricultores promoveram, pelo uso do arrendamento das horas ociosas, uma racionalização do uso do parque de máquinas da região.

São João da Barra apresenta um perfil diferente. Região em que o cultivo da cana vem expandindo-se mais recentemente, apresenta incrementos no número de unidades e no de usuários. Os tratores passam de 265 para 395, seus usuários de 178 para 269. As colhedeiças eram 9 em 1975 e passam a ser 46 em 1980, os usuários pulam de 6 para 42. Os arados de tração mecânica passam de 227 a 333, seus usuários de 160 a 215. Somente os arados de tração animal diminuem seu número (288 a 189) e o de seus usuários (239 a 138). É interessante notar que este incremento é concomitante à redução do percentual de estabelecimentos que alugam a força utilizada (37,86% a 28,51%). Parece que a expansão da atividade agrícola exigiu uma utilização de maquinaria em muito superior às possibilidades de racionalização dos implementos já existentes.

Finalmente, os dados a respeito das práticas de irrigação ganham significação no período analisado. Se a área irrigada cresceu bastante (3.555 a 7.746 ha em Campos e 222 a 5280 ha em São João da Barra) ainda representa percentuais não muito grandes da área total. Mais expressivo é o percentual de produtores que adotam a prática. Este cresceu de 6,97% para 10,43% em Campos e de 0,4% a 1,76% em São João da Barra. A julgar pelas entrevistas, a tendência à expansão da irrigação deve ter continuado após 1980 e inclusive tem possibilidades de incremento ainda maior, se se concretizar o respaldo financeiro internacional previsto.

Força de Trabalho

O número total de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias decresce em Campos (35.912 a 33.413) e aumenta em São João da Barra (15.437 a 18.411). A distribuição destas pessoas nas categorias censitárias apresenta algumas variações

significativas. De forma geral observa-se um aumento nos assalariados permanentes, um decréscimo nos temporários e em São João da Barra um aumento significativo nos responsáveis e membros não remunerados da família.

Em Campos, os responsáveis e membros não remunerados da família mantêm sua participação no total: 56,31% e 56,07%, em São João da Barra, como dissemos, acrescem substancialmente sua participação, 65,84% e 70,68%. O percentual de empregados permanentes aumenta um pouco em Campos (23,25% a 27,04%) e praticamente dobra em São João da Barra (6,20% a 11,00%). O de empregados temporários decresce mais acentuadamente em São João da Barra (27,57% a 17,88% contra 18,98% a 17,93% em Campos). Os parceiros perdem importância em Campos (1,36% a 0,04%) e se mantêm próximos do 0% em São João da Barra. O número de estabelecimentos sem pessoal contratado decresce em Campos (6998 a 6675) e aumenta em São João da Barra (2727 a 4062).

A situação difere bastante nos dois municípios. Em Campos, onde a produção de cana é mais antiga e tem aumentado sua importância na área total cultivada, as mudanças na composição da força de trabalho se processam mais lentamente. Dentro deste quadro mais estável, a tendência principal é o incremento da participação dos empregados permanentes às expensas de todas as demais categorias. Em São João da Barra, terra de produção de cana mais recente e na qual esta também está adquirindo importância maior, o quadro ainda não se estabeleceu, as mudanças são mais abruptas. Aqui, a tendência ao crescimento dos empregados permanentes, além de mais intensa foi acompanhada pelo crescimento, também significativo de responsáveis e membros não remunerados da família. Até que ponto ao estabilizar-se a situação, a produção de cana reproduzirá na nova região o padrão de composição da força de trabalho da antiga, é questão a ser pesquisada em levantamentos futuros.

A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES E LÍDERES SINDICAIS

As mudanças verificadas no processo de produção de cana-de-açúcar são expressas no discurso dos trabalhadores e líderes sindicais entrevistados. Percebe-se claramente que o termo tecnologia não tem um contorno semântico preciso comum a todos. Em diferentes entrevistas, o termo é relacionado à construção e venda de moradias, por parte do BNH, à comercialização de alimentos básicos, e aos processos de moagem e fabricação de açúcar e álcool empregados pelas usinas. Há, no entanto, em todas as entrevistas um conjunto de práticas produtivas referidas ao termo: a mecanização dos processos de plantio, limpa, colheita e carregamento da cana; a adubação e a utilização de defensivos.

Esse núcleo comum é apreciado de maneira diversa pelos trabalhadores. Os benefícios que tais práticas proporcionam aos grandes proprietários é reconhecido, e um dos entrevistados menciona os interesses do Estado e das empresas multinacionais na sua difusão. No que toca, entretanto, às conseqüências que essas práticas têm para a população trabalhadora que diretamente lida com elas, as percepções começam a diferenciar-se. Não apenas cada prática é avaliada de forma diferente, mas seus efeitos são considerados diversos para cada categoria de trabalhador: assalariados e pequenos produtores. Essa distinção aparece tanto no discurso de líderes sindicais quanto na dos trabalhadores entrevistados. Estes em sua maioria são assalariados que ou compartilham essa condição com a de pequeno produtor, ou são parentes próximos de algum. No entanto, nem a proximidade social, nem mesmo a superposição de ambas as situações nas mesmas pessoas em boa parte dos casos produziu um discurso integrado. Os problemas enfrentados por cada categoria na sua relação com as práticas tecnológicas são percebidos como claramente distintos. Na realidade, neste ponto as percepções refletem a inserção objetivamente diferente de cada categoria no processo produtivo. Um segundo plano da diferenciação ocorre entre as percepções dos líderes sindicais e as dos demais trabalhadores. Este, se não reflete diferenças de inserção na produção, expressa a especificidade de uma situação de dedicação completa à atividade sindical e consequente afastamento da produção — comum às lideranças — em relação à situação do corpo dos trabalhadores.

A questão das implicações do uso da tecnologia para o meio-ambiente não aparece nos discursos analisados. Mesmo as referências à campanha contra a utilização de defensivos à base de mercúrio, ressaltam apenas as conseqüências a nível da saúde do trabalhador. Numa única entrevista é mencionada a presença do mercúrio no solo, detectada na análise de amostras de cana brotada, posteriormente à aplicação.

No que se refere à política tecnológica, verifica-se uma consciência muito aguda da exclusão dos trabalhadores de sua formulação. Apenas agora o movimento sindical a nível municipal e estadual está dando os primeiros passos nessa área. A luta desenvolvida contra a aplicação de defensivos à base de mercúrio foi a primeira mobilização realizada nesse sentido. Há pouco a Federação do Rio de Janeiro foi chamada, pela primeira vez, a participar de reuniões com representantes dos usineiros e fornecedores para discutir um projeto de apoio à irrigação na área da cana. Nesse estágio incipiente ainda de luta, discussão e reflexão, os líderes sindicais têm claro, em primeiro lugar, que a questão tecnológica, subordina-se à fundiária. Ou

seja, a reforma agrária, é condição indispensável à implantação de práticas tecnológicas que beneficiem o trabalhador. Em segundo lugar, existe a consciência de que propostas concretas dos trabalhadores com relação a essa questão ainda estão por ser elaboradas no interior do movimento sindical.

Os discursos serão analisados através de duas dimensões básicas: a relação entre a tecnologia e os trabalhadores (assalariados e pequenos produtores) no âmbito da atividade produtiva, e a política tecnológica e as possibilidades de o trabalhador, através do movimento sindical, influir na sua elaboração e implementação.

Tecnologia e Mão de Obra:

Trabalhadores Assalariados

Os trabalhadores assalariados relacionam-se às práticas tecnológicas por meio da imposição direta do proprietário. Uma vez vendida, sua força de trabalho pode ser usada para manejar o facão ou espargir o defensivo independentemente de sua vontade. A apreciação acerca dos efeitos das práticas tecnológicas sobre essa categoria não apresentam divergências significativas, em geral, nas entrevistas. As avaliações têm por base a influência de cada prática sobre o nível de emprego, o esforço dispendido no trabalho, a saúde do trabalhador e seu salário.

A questão dos possíveis efeitos perniciosos de determinadas práticas para a saúde do trabalhador aparece claramente na quase totalidade das entrevistas. A utilização corriqueira de defensivos à base de mercúrio até poucos anos atrás, a evidência dos danos e a campanha sistemática do sindicato contra sua utilização alertaram os trabalhadores da região a esse respeito. Durante muitos anos, a aplicação de um produto, que em suspensão na atmosfera envenena pela mera inspiração, realizou-se sem proteção alguma. Não se utilizavam máscaras, botas ou luvas. "Eu mesmo preparava o remédio, trabalhava sem luva, sem tudo. . ." (n.º 4, p. 4). A exposição, pelo menos no caso de um dos entrevistados, chegou até à ingestão de cana borrifada: "Eu já chupei até cana molhada do remédio. Trabalhando e plantando cana, levava em cima de uma plantadeira de cana mais de 90 dias plantando cana e eu chupava! Tanto eu como meus companheiros. Pegava lá molhada e chupava a cana"⁶⁵. A consequência foi o aparecimento de inúmeros casos de otite,

⁶⁵ Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983.

tremores, náuseas e queimaduras. O sindicato iniciou uma campanha de denúncia e resistência, utilizando a divulgação de diagnósticos e exames em trabalhadores, a pressão sobre fornecedores e até a organização de um movimento de boicote por parte dos trabalhadores à aplicação. Reivindicava-se primeiro o uso de equipamento de proteção, depois a retirada de circulação do produto. O movimento conseguiu do poder público a expedição de uma portaria dúbia que condenava o produto ao mesmo tempo que permitia o consumo dos estoques que restavam. Mesmo assim, seja por receio das repercussões do caso no mercado internacional, seja por relação de preços, parece ter ocorrido uma diminuição na utilização desse tipo de produto, de acordo com os entrevistados. De qualquer forma resultou desse processo uma consciência muito clara, que transparece nas entrevistas, das perdas, em termos de saúde, a que o trabalhador está sujeito com a utilização de determinadas práticas tecnológicas.

No que se refere ao nível de emprego, foram relacionados nas entrevistas quatro itens que o influenciariam: uso de herbicidas, tratores, embarcadeiras (moto-cana) e a prática da irrigação. Não apareceu nas entrevistas voz discordante em relação ao efeito negativo do uso de herbicidas sobre o nível de emprego. A limpa efetua-se ou com herbicidas ou com trabalhadores. A opção pelo veneno implica diretamente o não emprego de um número determinado de trabalhadores, e esse fato é por eles percebido claramente. “Não, se tivesse usando herbicida nós não estávamos limpando não senhora. Não tinha mato não senhora”⁶⁶. “Teve canavial aí que botou herbicida e não precisou de operário trabalhar”⁶⁷. “Não mata a cana, mata o mato e aí acaba o serviço do trabalhador também”⁶⁸.

Na avaliação do uso do trator é estabelecida uma distinção entre tipos de tratores, que, com funções diferentes no processo produtivo, têm efeitos diferenciados sobre o nível de emprego. Os tratores “grandes” utilizados na preparação do solo, aparecem em geral nas entrevistas associados à moto-cana. De maneira geral, são considerados necessários e não prejudiciais em termos de emprego. Já o trator pequeno, utilizado na limpa, é visto como substituidor direto de trabalhadores. “Cus-

⁶⁶ Entrevistas com assalariados e pequenos produtores de Campos e São João da Barra, em outubro de 1983.

⁶⁷ idem.

⁶⁸ idem.

ta. . . está custando agora uma base de três bi de cruzeiros ou quatro, um tratorzinho daquele para limpar a cana, só para não dar o direito do pobre. . . ”⁶⁹. “O que cinco homens faz em um dia ele faz em um só. . . em uma hora, meia hora”⁷⁰.

Os efeitos da moto-cana sobre o nível de emprego são percebidos de maneira controversa pelos entrevistados. Esse implemento é utilizado no carregamento dos caminhões com a cana recém cortada, efetuando uma tarefa anteriormente atribuída aos cortadores. Sem dúvida, a máquina é capaz de carregar muitas vezes mais cana em muito menos tempo que uma turma de trabalhadores. Aparentemente, provocaria desemprego, ao menos pela redução significativa do tempo total de colheita. No entanto, esta avaliação não é a corrente entre os entrevistados, sendo expressa apenas por três dos líderes sindicais entrevistados e apenas um trabalhador. De acordo com os líderes, “Antigamente quando a tecnologia não havia avançado, quando eu cortava cana, a gente trabalhava 6 meses porque a cana era puxada a trator, não tinha essas grandes carretas. Hoje não, hoje está com cavalo mecânico para aqui e para ali, raspa-se aquilo tudo, enchedeira de cavalo mecânico e sai da frente, haja cana. (. . .) Concretamente a safra hoje de cana, quer dizer, na área do assalariado, o grossão são 3 meses, 90 dias. E os outros meses?”⁷¹ “. . . a moto-cana hoje substitui no mínimo 50% da mão-de-obra, porque você teria em 10 mil quilos de cana você teria que ocupar para cortar e embarcar aí quatro homens, para ele cortar e embarcar no caminhão. Hoje você, se botar quatro homens ele vai cortar quase 40 mil quilos. . . ”⁷². E o trabalhador: “Hoje depois que a máquina veio. . . faz a lavoura acabar com o que muito depressa. Lavoura de aturar, três meses leva um mês e pouco com a máquina, lavoura de aturar 6 meses, leva quatro. . . ”⁷³.

Curiosamente, a opinião diametralmente oposta é majoritária entre os trabalhadores entrevistados e sustentada por um dos líderes sindicais. Uma possível explicação é que a avaliação extremamente favorável da moto-cana em termos da diminuição do esforço dispendido no processo de trabalho inibiria avaliações negativas com relação a outros aspectos. De qualquer maneira a pergunta a respeito da relação

⁶⁹ Entrevista com assalariado de São João da Barra, em outubro de 1983.

⁷⁰ idem.

⁷¹ Entrevista com o Sr. Eraldo, Presidente da FETAG, em outubro de 1983.

⁷² Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983.

⁷³ Entrevista com assalariado, supra.

positiva entre moto-cana e desemprego é respondida na maioria das vezes negativamente (“Não” ou “Dá no mesmo”). Em duas entrevistas é colocada uma explicação sofisticada do fenômeno: o possível desemprego provocado pela moto-cana seria mais que compensado pelo incremento da área plantada possibilitado pelos ganhos obtidos com a própria moto-cana. “Por que não? (ocorre desemprego) Não, porque é o seguinte: as usinas de Campos, na exploração que ela faz dos trabalhadores, ela cresce mais até na extensão de terra, certo?”⁷⁴ “. . . mas não diminui o número de trabalhadores, não? Não, Sra. Rendeu trabalhador e rendeu mais serviço ainda (. . .) Porque as lagoas foram secando tudinho e foram ampliando terra, só está rendendo lavoura”⁷⁵.

A prática da irrigação também é objeto de avaliações contraditórias. Ocasionalmente desemprego por possibilitar a utilização de máquinas com mais intensidade⁷⁶ e por não precisar da limpa⁷⁷. Por outro lado, aumentaria a produção, e consequentemente o emprego⁷⁸ e ocuparia mão-de-obra na instalação dos diversos sistemas.

É com relação à diminuição do esforço dispendido no trabalho que se manifestam as avaliações mais favoráveis ao uso de algumas práticas tecnológicas, principalmente o trator de grande porte e a moto-cana. Uma vez que o uso da moto-cana tem limitações topográficas, ainda há trechos de lavoura que são colhidos e carregados à mão, o que possibilita uma comparação atual dos dois processos. “Esse negócio de encher carreta, caminhão na mão não dá não”⁷⁹ “. . . facilita mais o serviço do trabalhador. O trabalhador não precisa fazer tanto peso, sair com um feixe de cana nas costas para poder plantar”⁸⁰. E até “. . . triste de nós se não fosse a moto-cana aqui no nosso sertão e o trator, porque para carregar a cana na mão ninguém aguenta”⁸¹. Como disse um líder sindical “. . . a moto-cana. . . foi bem aceita

⁷⁴ Entrevista com o Sr. Manuel, dirigente sindical de São João da Barra, em outubro de 1983.

⁷⁵ Entrevista com assalariados e pequenos produtores de Campos e São João da Barra, em outubro de 1983.

⁷⁶ Entrevista com o Sr. Eraldo, Presidente da FETAG, em outubro de 1983.

⁷⁷ Entrevista com assalariados, supra.

⁷⁸ Entrevista com o Sr. Manuel, supra.

⁷⁹ Entrevista com assalariados, supra.

⁸⁰ idem.

⁸¹ idem.

pelos trabalhadores tendo em vista que eles vão diminuir muito o esforço físico para embarcar a cana e facilita mais (. . .)"⁸². A não vinculação entre a moto-cana e o desemprego, apontada acima, talvez tenha origem neste fato: para o trabalhador que permanece empregado ocorreu aparentemente apenas uma mudança de tarefas. Uma jornada de trabalho antes dividida em dois momentos que exigiam níveis diferentes de esforço (corte e carregamento) não é reduzida, mas transcorre agora inteiramente voltada para a tarefa menos penosa. Além da utilização dos implementos, um dos entrevistados levantou a questão do desgaste maior do trabalhador no trato com a cana irrigada.

A desvalorização da força de trabalho, a diminuição da remuneração que percebem como conseqüência da difusão de determinadas tecnologias aparece no discurso de alguns dos entrevistados. O mecanismo expresso é o da redução salarial causada pelo desemprego tecnológico e o conseqüente aumento da oferta de mão-de-obra. Com relação ao herbicida "... economizava muito trabalho, diminuía muito trabalho com esse herbicida? Nessa base a prejudicar quem? O operário. Eles não iam dar o valor ao operário, então abaixa o salário aí e vai fazer o que?"⁸³. O mesmo com as máquinas e implementos: "Quinze, vinte minutos (leva a moto-cana para encher um caminhão). E uma rapidez, então por isso desvalorizou o trabalho do homem"⁸⁴. Apesar de aparecer claramente em uma das entrevistas a nivelção da força de trabalho de homens, mulheres e crianças com o uso da moto-cana ("Hoje depois que a máquina veio você vê que qualquer uma criança, por exemplo, corta a cana para a moto-cana"⁸⁵, este fato, não é relacionado a uma diminuição no nível de remuneração do trabalhador.

Tecnologia e Mão-de-Obra:

Pequenos Produtores

Ao contrário dos trabalhadores assalariados, a relação dos pequenos produtores com as diversas práticas tecnológicas é mediada pelo mercado. Ali ele adquire os adubos e defensivos e aluga os implementos que utiliza. Além disso a própria

⁸² Entrevista com o Sr. Manuel, supra.

⁸³ Entrevista com assalariados e pequenos produtores de Campos e São João da Barra, em outubro de 1983.

⁸⁴ Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983.

⁸⁵ Entrevista com assalariado de São João da Barra, em outubro de 1983.

intensidade do uso de tais práticas poderia, ao menos em tese, ser determinado pelo mercado comprador da cana. As usinas, por meio da manipulação dos preços pagos ao produtor, têm condições de induzir a utilização de práticas mais produtivas em termos de quantidade por hectare. Aparentemente é o que tem ocorrido. Das entrevistas não se depreende apenas um elevado grau de difusão do uso de adubação química e máquinas entre os pequenos produtores. Tal uso aparece como a única forma possível de produzir cana. A não utilização do adubo químico é colocada como recurso último a que se lança mão por falta absoluta de recursos. Até para a colheita da cana embarcadoras são alugadas. Apenas um dos entrevistados, líder sindical, considerou a não utilização dessas práticas uma opção viável para o pequeno produtor. "Isso (o crédito difícil) é uma coisa que é contra nós, mas que tem até ajudado por outro lado para que o povo não invista nessa tecnologia" e "... vai acabar... ele ficando com o mesmo um se não usasse a tecnologia"⁸⁶.

Se o assalariado lida com as práticas tecnológicas por imposição do patrão, o pequeno produtor o faz sob a pressão de seu comprador de cana, mediada pelo mercado. Essa mediação torna sua relação com a tecnologia substancialmente diversa da do assalariado. No caso deste último a partilha do seu sobretrabalho em salário e lucro se dá no momento da fixação do salário. Já o pequeno produtor vê seu sobretrabalho partilhar-se em uma porção retida e outra esvaída na contabilização diária de suas trocas com os mercados fornecedores e compradores. Talvez por isso a questão do mercado apareça com tanto destaque no discurso dos entrevistados enquanto problemas como a saúde, o esforço dispendido não são relacionados ao pequeno produtor. Da mesma forma, a questão da adubação que não foi considerada problema para os assalariados, reveste importância fundamental para os pequenos produtores: permite que compareçam ao mercado com quantidade maior de produto e ao mesmo tempo responde por uma retirada de recursos significativa.

Os problemas da relação dos pequenos produtores com a tecnologia levantados nas entrevistas são basicamente de duas ordens: o difícil acesso a ela e a subordinação a que se vêem sujeitos com a sua utilização. A dificuldade de ter acesso à tecnologia é expressa em praticamente todas as entrevistas como o principal problema do pequeno produtor. Os preços são altos, tornando a compra de máquinas fora do seu alcance. "... o trator e outros implementos e que só quem os está utilizando

⁸⁶ Entrevista com o Sr. Eraldo, Presidente FETAG, em outubro de 1983.

são os grandes produtores, grandes produtores e usineiros (...) porque são muito caros (...)”⁸⁷. “... o pobre, justamente, porque não tem condições de comprar essa tecnologia, essas técnicas, quer dizer, essas máquinas (...)”⁸⁸.

Os trabalhadores tentam contornar essa dificuldade mediante o aluguel de máquinas e o recurso ao crédito para a compra de adubos. O crédito é visto como escasso e desigualmente distribuído. Em alguns casos o problema do acesso à tecnologia não é colocado como sendo de preços, mas de crédito. Ou seja, falta crédito para que o trabalhador possa apropriar-se da tecnologia. Por outro lado há a consciência clara de que o grande produtor enfrenta menos problemas de crédito que o pequeno. Uma das lideranças sindicais expressou ainda a possibilidade de o crédito vir a constituir-se uma ameaça à própria condição do pequeno produtor: “. . . porque o trabalhador não consegue (o crédito) e os que conseguiram tiveram um efeito negativo de chegar ao ponto até de penhorar a terra e em determinadas horas ser chamado até em processo”⁸⁹. O balanço final da relação com os mercados fornecedores é percebido, no caso da mesma liderança, como desfavorável”. Se quiser produzir, se está produzindo uma, você vai produzir 10 e isso aí verdadeiramente está sendo uma ilusão para o trabalhador porque vai acabar que está ficando para a multinacional os nove e ele ficando com o mesmo um se não usasse a tecnologia”⁹⁰.

A questão da subordinação é colocada em dois níveis. Em primeiro lugar é percebida uma dependência financeira provocada pela necessidade de recorrer ao crédito. Dada a escassez de crédito, a figura do comprador da cana assume novo papel. Mesmo quando não substitui o banco e supre o pequeno produtor de crédito, estabelecendo laços diretos, de dependência financeira, seu aval é decisivo para a obtenção ou não do empréstimo pleiteado junto aos agentes financeiros. “Consegue (comprar adubo) porque aquele Engenho da Cana, ele pode comprar o adubo ou ele compra para ele. Porque sempre quando nós tivermos, que nós não quisermos vender para a usina, sempre a quem nós vendemos aí é a Manuel Rangel e ele sempre, se precisar de adubo, se precisar de qualquer coisa ele arranja para a gente fica fácil para ele arrancar”⁹¹. “Porque o cara, o pequeno produtor, para ele pegar um empréstimo no Banco ele tem que ter avalista, então ele já fica subjugado, não é?”⁹².

⁸⁷ Entrevista com o Sr. Manuel, dirigente sindical de Campos, em outubro de 1983.

⁸⁸ Entrevista com assalariado de São João da Barra, em outubro de 1983.

⁸⁹ Entrevista com o Sr. Eraldo, Presidente da FETAG, em outubro de 1983.

⁹⁰ idem.

⁹¹ Entrevista com assalariados e pequenos produtores de Campos e São João da Barra, em outubro de 1983.

⁹² Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983.

Em segundo lugar, manifesta-se a consciência de um tipo de dependência derivado do próprio uso da tecnologia. Por um lado a utilização das máquinas alugadas faz-se de acordo não com as necessidades da produção do pequeno, mas com as sobras de tempo do proprietário. "... o pobre se quer um trator ele tem que pagar hora, se ele não tiver um trator para preparar, porque o rico não vai deixar de preparar para ele para preparar para o pobre primeiro. Ele planta, a lavoura chega primeiro, a do pobre sempre sai atrasada, porque ele está esperando a máquina, para ele pagar do bolso dele. . ."⁹³. É ressaltada também a ausência de controle do pequeno produtor, sobre o ganho líquido final de sua venda, possibilitada pelo novo processo de embarque e transporte: "Na medida que veio a máquina, o que é que aconteceu? Passou a ser transportada a cana primeiro com trator, aí o cara não teria condições de cortar sua cana (. . .). Passou as usinas a apanharem a cana na propriedade, aí começou a aparecer o problema de não ter gente para trabalhar, porque não tem (. . .) O que é que começou fazer as usinas? Contrata as empreiteiras, e vai lá, corta a cana daquele fornecedor, corta e embarca. Aí o cara não tem nenhum controle do que ele faz, ele só vai ver. . . depois ele vai na usina receber só o saldo, porque ele desconta o corte, o embarque, a previdência social. . ."⁹⁴. Além disso, a utilização da máquina tem como consequência indireta o empobrecimento da terra e a dependência do uso de adubo para manter a produção: "... então a lavoura de cana com esse mecanismo que está aí hoje, que é a máquina, ele é obrigado a queimar todo o ano, porque antigamente se plantava a cana e se deixava a palha, e a palha conservava o solo fresco e a cana produzia, mas hoje não existe mais isso. Todo ano você tem que botar fogo para queimar aquelas palhas para o pessoal cortar, então cada dia só vai diminuindo a terra, então é obrigado a botar adubo, se você não botar o adubo, você não consegue colher"⁹⁵.

Política Tecnológica

A discussão da problemática tecnológica é recente no movimento sindical dos trabalhadores rurais da região da cana e mesmo a nível estadual. A primeira experiência de luta (com êxito parcial) realizada em torno dessas questões foi a campanha contra a utilização de defensivos à base de mercúrio. Em consequência, inexistiu um conjunto detalhado de propostas sobre o assunto. No discurso dos

⁹³ Entrevista com assalariado de São João da Barra, em outubro de 1983.

⁹⁴ Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG em outubro de 1983.

⁹⁵ idem.

entrevistados percebe-se, no entanto, ao lado de tentativas de concretizar um pouco mais algumas propostas, duas diretrizes básicas que, aparentemente, informarão qualquer programa a ser elaborado pelo movimento.

A primeira delas é a subordinação da questão tecnológica à fundiária. Parece muito claro às lideranças sindicais entrevistadas que a posse da terra é condição indispensável à utilização proveitosa de qualquer tecnologia pelo trabalhador rural. "... porque nós entendemos que para a melhoria de toda a nossa gente, sem a reforma agrária, isso fica flutuando, não é?"⁹⁶ e "Porque se existe terra para o trabalhador, isso tudo vai acabar. Mas no caso, na medida em que não tem terra, que é dominada a terra pelos grandes fazendeiros e usineiros, então eles têm todas as condições de estar tudo nas mãos dele"⁹⁷.

A segunda é a participação do trabalhador, através do movimento sindical, na elaboração das decisões afetadas a essa área. A única experiência do movimento nesse sentido foi o comparecimento da Federação a uma reunião com representantes do Estado e do patronato para discutir um projeto de irrigação para a área açucareira. O fato foi considerado um progresso, apesar do caráter "cartas marcadas" do encontro. Apesar dessa experiência restrita, tal participação é considerada fundamental, definindo inclusive o caráter benéfico ou não da tecnologia dela resultante do ponto de vista do trabalhador. "Olha, a tecnologia que presta é aquela que nós temos a oportunidade de participação e a gente define como interesse da própria categoria. Se isso não acontece, qualquer uma das tecnologias que venha, que não tenha a nossa participação, ela evidentemente só vai beneficiar a quem está participando, a quem... nem está participando eles estão é decidindo, não é?"⁹⁸. Mas esta participação, só é vista como possível, em toda a sua plenitude, após uma Reforma Agrária. Em primeiro lugar, porque só a terra daria peso ao trabalhador enquanto interlocutor. "Mas no caso, na medida em que não tem terra (...) não há participação nenhuma do movimento na decisão dessa aplicação da tecnologia, porque o cara fica preso a... sujeito a trabalhar para esse pessoal sem nenhuma opção"⁹⁹. Em segundo lugar porque o monopólio da terra é visto como intrinse-

⁹⁶ Entrevista com o Sr. Eraldo, Presidente da FETAG, em outubro de 1983.

⁹⁷ Entrevista com o Sr. José Carlos, Diretor da FETAG, em outubro de 1983.

⁹⁸ Entrevista com o Sr. Eraldo, supra.

⁹⁹ Entrevista com o Sr. José Carlos, supra.

camente vinculado a uma sociedade não democrática, avessa portanto a qualquer forma de participação dos trabalhadores. "Eu também não acredito em democracia que ficam os latifúndios intocáveis. Onde me disser assim: Não, o latifúndio lá está intocável e tem democracia, não dá para acreditar"¹⁰⁰.

Além dessas diretrizes mais gerais apareceram nas entrevistas algumas propostas concretas. Curiosamente todas centravam-se na luta pela obtenção de determinadas leis que corrigissem ou eliminassem tendências manifestas no mercado consideradas perniciosas. Aparentemente o trabalhador encara (com razão) os mercados nos quais atua como ameaças das quais necessita defender-se mediante nova legislação. Um dos entrevistados propôs a proibição do comércio de herbicidas e tratores de limpa. "... tinha que haver uma lei para o povo usar as máquinas de necessidade, por exemplo, a moto-cana tem uma grande necessidade, o trator grande tem uma grande necessidade para tombar a terra. . . Agora, um troço para limpar a cana eu acho que tinha que ter um troço para evitar de vender, para vir para o sertão, porque quando vem a máquina, o ganha-pão do povo tiraram, o miserável trouxe"¹⁰¹. Da mesma forma outros propuseram o controle da distribuição do crédito rural pelo sindicato, a obrigatoriedade do plantio de determinado percentual da área com alimentos. Numa das entrevistas, até à Reforma Agrária aparece acoplado um dispositivo de proteção das forças do mercado proibindo a venda da terra em qualquer circunstância.

O fato é que além das diretrizes gerais expostas o movimento carece de um programa detalhado de reivindicações na área tecnológica. Tal situação foi expressamente reconhecida pelo presidente da Federação: "... do jeito que está, eu acho um risco muito grande a gente politizar a questão da tecnologia, realmente essa saída não está clara, pelo menos para eu falar em tecnologia eu tenho que identificar coisas concretas que oferecem em termos de mudança, se isso não tiver é um risco muito grande se falar em tecnologia"¹⁰².

¹⁰⁰ Entrevista com o Sr. Eraldo, supra.

¹⁰¹ Entrevista com assalariado de São João da Barra, em outubro de 1983.

¹⁰² Entrevista com o Sr. Eraldo, Presidente da FETAG, em outubro de 1983.

III - A REGIÃO AÇUCAREIRA DE PERNAMBUCO

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO

Em 1975 foram colhidas, em Pernambuco, 14.163.205 toneladas de cana de açúcar, por 13.399 produtores, numa área de 333.234 ha. Em 1980 o número de produtores de cana cai para 13.021, a área sobe para 380.509 ha e a quantidade produzida também sobe. Observa-se, portanto, em Pernambuco, um aumento da produção de cana por hectare de 42,5 t/ha em 1975 para 47,23 t/ha em 1980. Esse aumento de produtividade se faz acompanhar de um aumento da área média de cana por produtor de 24,87 ha em 1975 para 29,22 ha em 1980.

Estrutura Fundiária

Em 1980, a produção de cana de açúcar encontra-se bastante concentrada. Os estabelecimentos com área de lavoura de cana entre 100 e 500 ha, 8,57% dos estabelecimentos que cultivam cana, ocupam 66,06% da área de cana do Estado e produzem 68,41% da cana de Pernambuco. Os estabelecimentos com áreas de lavoura de cana entre 10 e 100 ha ocupam 17,16% da área total de cana e representam 17,10% do total de estabelecimentos. Já os com menos de 10 ha de cana, 73,84% dos estabelecimentos, ocupam apenas 6,66% da área de cana. Os estabelecimentos com mais de 500 ha de cana, 0,47% do total, ocupam 10,09% da área de cana de Pernambuco em 1980. Entre 1975 e 1980, há um aumento no número de estabelecimentos em todos os estratos de área de lavoura de cana, com exceção do que tem menos de 10 ha de cana cuja participação decresce de 79,22% em 1975 para 73,84% em 1980. Há um aumento da área de cana nos estratos intermediários (de 10 a 100 e de 100 a 500 ha) e uma redução no de menos de 10 ha e no de mais de 500 ha. As alterações que se verificam, no período, não parecem apontar para grandes transformações na estrutura concentrada da produção de cana em Pernambuco e sim indicar uma leve tendência à maior concentração da produção em estabelecimentos maiores (especialmente entre 100 a 500 ha).

No que se refere à condição do produtor, os grandes responsáveis pela produção da cana em Pernambuco, em 1980, são os proprietários (69,14% do total de informantes). Em seguida estão os arrendatários (16,53%), os ocupantes (13,06%) e, finalmente, os posseiros (1,25%). Em 1975, a participação dos proprietários era ligeiramente mais expressiva (70,22%), bem como a dos arrendatários (18,47%). Os ocupantes é que eram em menor número em 1975, representando 9,85% do

total. Apesar desse crescimento, a área média cultivada pelos ocupantes, mesmo crescendo no período, é pouco expressiva (3.63 ha em 1975 e 6.43 ha em 1980). As maiores áreas médias estão com os arrendatários e proprietários e ambas crescem no período (de 24.0 ha para 29.09 ha a área média dos proprietários e de 40.08 ha para 49.18 ha a área média dos arrendatários). Além disso, os proprietários cultivam 68,84% da área de cana de Pernambuco, em 1980. Finalizando, em 1980, 68,46% dos produtores entregam a produção de 95,44% da área de cana do Estado diretamente à indústria e, no período, essas proporções cresceram.

Tecnologia Aplicada

Quanto ao uso de sementes selecionadas, irrigação, defensivos e adubação, a maior concentração de produtores está, em 1980, no uso de sementes comuns e outras práticas (60,70%). Esses produtores ocupam 75,35% da área de cana do Estado. Os que usam sementes selecionadas combinadas com outras práticas são um número bastante reduzido (4,29%) e ocupam 20,39% da área de cana. 34,59% do total de produtores não aplicam tecnologia, ou seja, usam apenas sementes comuns e ocupam, somente, 4,21% da área total de cana de Pernambuco. Comparando com os dados de 75 nota-se que houve importante crescimento no número de produtores que passaram a usar sementes comuns e outras práticas tecnológicas e uma sensível redução daqueles que não usam tecnologias. As variações nas áreas cultivadas com diferentes tecnologias não são significativas, apesar de terem acompanhado as variações no número de produtores.

Os produtores que mais aplicam tecnologia, isto é os que usam sementes selecionadas combinadas com outras práticas, são os que cultivam as maiores áreas de cana, sendo a área média por produtor, dessa categoria, 138.81 ha em 1980, tendo crescido no período. Deste conjunto a maior área média está com os que usam sementes selecionadas, irrigação, defensivos e adubação (251.35 ha em 1975 e 289.22 ha em 1980). O grupo de produtores que usam irrigação, defensivos e adubação com sementes comuns também produz em grandes áreas, tendo a área média por produtor crescido de 183.45 ha em 1975 para 211.11 ha em 1980. A prática da irrigação, isolada ou combinada com defensivos não é comum entre os produtores de cana de Pernambuco, quer usem ou não sementes selecionadas. Em seu conjunto, porém, os dados revelam uma generalização do uso de tecnologias entre os produtores de cana e uma expansão da área se bem que essa expansão varie segundo as diferentes tecnologias aplicadas.

Produtividade

A cultura da cana, em Pernambuco, apresentou um aumento de produtividade entre 1975 e 1980 de 42.50 t/ha para 49.88 t/ha. Esse incremento de produtividade pode estar associado a fatores de ordem climática ou de fertilidade do solo, que os censos não revelam, mas certamente acompanham a generalização de tecnologias entre os produtores. Em relação à condição de produtor, são os parceiros os que mais aumentam a produtividade no período (36,88 t/ha em 1975 e 54,79 t/ha em 1980); o número de parceiros e a área por eles ocupada são irrelevantes em termos relativos e ainda decrescem em 1975 e 80. A parte os parceiros, são os proprietários os que mais aumentam a produtividade (de 42.47 t/ha em 1975 para 47.86 t/ha em 1980), seguidos dos arrendatários (42.59 t/ha para 45.72 t/ha).

A produtividade cresceu para todos os grupos de área de lavoura de cana, tendo sido, porém, quase que irrelevante para o grupo de 10 a menos de 100 ha. O grupo de mais de 500 ha foi o que apresentou maior incremento de produtividade (34.48 t/ha em 1975 para 45.88 t/ha em 1980), seguido do grupo de 100 a menos de 500 ha (44.10 t/ha para 48.91 t/ha). Em Pernambuco, então, os grupos com maiores áreas de lavoura de cana são os que experimentam maior produtividade relativamente aos outros e são, também, os que mais incrementam essa produtividade entre 1975 e 1980.

Em relação à tecnologia aplicada observa-se um incremento de produtividade, no período, para todas as combinações tecnológicas e uma quase que estagnação na produtividade daqueles produtores que só usam sementes comuns. O maior aumento de produtividade se deu entre os produtores que usam sementes selecionadas, irrigação e adubação (35.28 t/ha para 62.64 t/ha) sendo, porém, irrelevante o número desses produtores (apenas 3 em 1980). Afora esse grupo, a maior produtividade está com os produtores que usam irrigação, defensivos e adubação com sementes comuns (51.91 t/ha em 1975 e 53.29 t/ha em 1980). A aplicação de sementes selecionadas, além de não ser muito generalizada em Pernambuco, não parece estar muito associada ao incremento de produtividade, ao contrário de outras tecnologias, especialmente defensivos e adubação.

OS MUNICÍPIOS DE CARPINA, RIO FORMOSO, JABOATÃO E SÃO LOURENÇO DA MATA

Em 1975 o conjunto dos municípios analisados (Carpina, Rio Formoso, Jaboatão e São Lourenço) respondia por 5,96% do total de produtores de cana do

Estado, 9,22% da quantidade colhida do produto e 9,10% da área plantada. Em 1980 sua participação havia caído para 5,8%, 8,94% e 7,90% respectivamente. Comportamento discrepante é o de Rio Formoso que incrementa sua participação em todos os casos, chegando em 1980 a 1,27%, 4,44% e 3,66% dos diversos totais. A área média de lavoura de cana, com a exceção de Carpina, supera a do Estado em 1975. Em 1980 verifica-se um decréscimo da área média de São Lourenço da Mata que chega a 46.61 ha, mesmo assim ainda acima da média do Estado àquele ano (29.22 ha). Os demais municípios incrementam sua área média de lavoura, passando Carpina a 15.56 ha, Rio Formoso a 83.94 ha e Jaboatão a 59.52 ha. A produtividade cresceu no período em todos os municípios. Unicamente Carpina não conseguiu sobrepassar a média do Estado, atingindo 46.46 t/ha. Rio Formoso, o único que em 1975 já ostentava produtividade superior à média, alcançou 57.38 t/ha., Jaboatão 49.25 e São Lourenço da Mata 55.03.

Estrutura Fundiária

O número dos estabelecimentos agropecuários decresceu em todos os municípios no período intercensitário, com a exceção de Rio Formoso. A área por eles abrangida decresceu em todos os casos, de maneira mais acentuada em Jaboatão, atingindo em 1980, 17.989 ha em Carpina, 47.175 em Rio Formoso, 13.589 em Jaboatão e 20.723 ha em São Lourenço da Mata. Nesses municípios, a utilização predominante da terra é nas lavouras temporárias, que inclusive aumentaram sua participação no total de terra no período exceto em São Lourenço da Mata. Em Carpina essas lavouras ocupavam, em 1980, 8294 ha (44,13%), dos quais 5.681 ha de cana; em Rio Formoso 20.811 ha, 13.935 ha de cana; em Jaboatão 7338 ha, 5238 de cana e em São Lourenço da Mata 8089 ha, 5267 de cana. A área de cana cresceu entre os dois censos em Carpina e Rio Formoso e decresceu nos demais. Também têm alguma expressão, apesar de apresentarem tendência declinante, as pastagens naturais. Surpreendentemente, o percentual de terras ocupado por matas naturais não só é elevado em Rio Formoso, como cresceu no período (8.740 a 10.727 ha). O avanço da lavoura temporária deu-se, predominantemente, em cima da categoria "Terras Produtivas não utilizadas". Estas, que detinham percentuais significativos do total em 1975, decrescem em 1980 — com a exceção mais uma vez de São Lourenço da Mata —, tendência mais acentuada em Rio Formoso onde passam de 25,67% a 5,14%.

No que se refere à propriedade das terras, se a maioria dos estabelecimentos pertence a produtores individuais, a maior parte das terras — com a exceção de

Carpina – pertence a Sociedades Anônimas ou por Quotas de Responsabilidade Limitada. Estas, inclusive, incrementam sua participação na área total de forma expressiva em Rio Formoso (58,75 a 65,22%), Jabotão (44,55 a 61,79%) e São Lourenço da Mata (49,46 a 68,65%).

A distribuição das terras por grupos de área apresenta uma concentração significativa em 1975, que tende a acentuar-se em 1980. No primeiro ano, os estabelecimentos com menos de cinco hectares respondiam por 79,25% do número e 12,96% da área em Carpina; 28,52 e 0,41% em Rio Formoso, 68,03 e 3,03% em Jabotão e 81,68 e 5,79% em São Lourenço da Mata. Por outro lado, os de mais de 500 ha representavam 0,41% do número e 26,49% da área em Carpina, 10,81 e 75,62% em Rio Formoso; 1,63 e 53,56% em Jabotão e 1,23 e 67,73% em São Lourenço da Mata. Cinco anos mais tarde, os estabelecimentos com menos de cinco hectares, haviam acrescido consideravelmente seu percentual no número e apenas ligeiramente, ou mesmo somente mantido, na área. Os de mais de 500 ha, por sua vez, em geral, decresceram ou mantiveram o seu percentual no número – com a exceção de São Lourenço onde o estrato cresce – e diminuíram também na área. Essa perda relativa ocorreu em benefício dos estratos entre 5 e 500 ha, que, de forma geral ganharam em área.

Predominam, nos quatro municípios, em termos de número e área ocupada, os produtores que são proprietários de suas terras. Essa categoria cresceu inclusive no período em questão nas duas dimensões citadas, atingindo em 1980 os seguintes percentuais: 78.56 do número e 93.05 da área em Carpina; 64.37 do número e 77.12 da área em Rio Formoso; 59.82 e 66.68 em Jabotão e 82.97 e 91.29 em São Lourenço da Mata. Os arrendatários que detinham uma participação não desprezível em 1975 – oscilando entre 10,21% a 27,21% do número e em Rio Formoso chegando a 22,30% da área total – decaem em 1980. Os ocupantes, em compensação, se diminuem sua participação em termos do número em Carpina e São Lourenço da Mata (15,61 a 8,59% e 24,8 a 9,78%) incrementam-na de maneira apreciável em Rio Formoso e Jabotão (26,42 a 29,02% e 13,60 a 28,90%). No entanto, nestes dois últimos casos caiu a área por eles ocupada de 1.97 a 1.02% em Rio Formoso e de 22,82 a 2,17% em Jabotão. A área média de cada ocupante era no ano do último censo, de 4.38 ha em Rio Formoso e 2.95 ha em Jabotão.

Consumo de Tecnologia

A utilização de adubos expandiu-se muito entre 1975 e 1980. No primeiro desses anos, utilizavam fertilizantes 13,84% dos produtores de Carpina, 40,84%

dos de Rio Formoso, 22,62% dos de Jabotão e 17,94% dos de São Lourenço da Mata. Em 1980 esses percentuais haviam passado para 32,29%, 49,60%, 42,19% e 65,75%. Os defensivos experimentam incrementos semelhantes com a curiosa exceção de Rio Formoso, onde caem de 43,24% dos produtores para 25,85%. As práticas de conservação do solo difundem-se também, apesar de ainda pouco utilizadas. Em Rio Formoso passam de uso de 18 produtores para 52; em Jabotão de 12 a 35 produtores. Curiosamente, Carpina e São Lourenço da Mata apresentam tendências diametralmente opostas: enquanto naquele município tais práticas estendem-se de 22 a 138 produtores; neste, restringem-se de 246 a 33.

A mecanização da agropecuária apresenta um incremento significativo, expresso em vários indicadores, disponíveis nos dados censitários. O número de máquinas e implementos aumenta em muito nos municípios em questão, acompanhado de um aumento menos expressivo do número de usuários. Os tratores passam de 54 a 96 em Carpina, de 28 a 64 em Jabotão, de 64 a 111 em Rio Formoso e quase que triplicam seu número em São Lourenço da Mata, onde passam de 25 a 82. Os arados de tração animal diminuem em Jabotão e São Lourenço da Mata, enquanto aumentam em Carpina e Rio Formoso. Os de tração mecânica, em compensação, duplicam ou triplicam seu número em todos os casos. Em Jabotão, as colhedeiras, ainda pouco usadas, mantêm-se em número de 5, passam de 0 a 12 em Rio Formoso, de 1 a 13 em São Lourenço da Mata e não se alteram significativamente em Carpina¹⁰³. O número de caminhões também aumenta — mais uma vez, Rio Formoso é o caso mais expressivo: 81 a 130 — a par de uma redução do de usuários.

Os dados a respeito de uso e procedência da força utilizada apontam no mesmo sentido. Os estabelecimentos que utilizam força de origem mecânica aumentam em números absolutos em todos os municípios. Esse incremento tem-se dado majoritariamente pela aquisição de máquinas, pois o número dos que alugam a força utilizada decresceu em todos os municípios, com a exceção — previsível — de Carpina.

¹⁰³ Segundo Sigaud (1982) a generalização do uso das embarcadoras (certamente englobadas na categoria máquinas para colheita do censo de 1980) ocorreu em 1981, e sem dúvida está relacionada aos avanços obtidos pelo movimento sindical da região a partir de 1979, uma vez que é usada há três décadas nos centros açucareiros de São Paulo.

A prática da irrigação não tem muita expressão na região. O único município em que tinha relevância era Rio Formoso, onde em 1975 contava com 21 produtores usuários em uma área de 2.317 ha. Mesmo esse caso apresentou um forte decréscimo em 1980: 15 produtores, para uma área de 1.186 ha.

No geral, observa-se um claro avanço do uso de práticas tecnológicas como a adubação, a aplicação de defensivos e as vinculadas à mecanização. Este avanço não é mais acentuado apenas em Rio Formoso, município com o menor percentual de produtores com áreas inferiores a 5 ha, mas também o é em Carpina, município com o maior percentual de produtores com área inferior àquela. É difícil atribuir a responsabilidade por esse incremento de tecnificação aos grandes produtores desse município. Ali, em 1980, 341 produtores usavam adubo; 391, defensivos; 138, práticas de conservação do solo; 60, tratores; 94, força de procedência mecânica. Mesmo supondo que todos os estabelecimentos com mais de 20 ha utilizassem todas essas práticas, não poderiam em muitos casos responder pelo total, uma vez que seu número era de apenas 97 no mesmo ano.

Força de Trabalho

A quantidade de pessoal ocupado aumentou, no período, nos municípios em questão com a exceção de Carpina. Neste, passou-se de 6.359 para 5.679 indivíduos ocupados; em Jaboatão o acréscimo foi de 2672 a 2905 e em São Lourenço da Mata de 5409 a 5679. Em Rio Formoso, no entanto, tal acréscimo atingiu uma proporção inesperada: de 3955 a 21.272 pessoas. Evidentemente, o incremento de aproximadamente 5100 ha na área de lavouras permanentes e temporárias não é suficiente para explicar essa superpopulação repentina. Não se dispõem de elementos para elucidar a questão. Pelos dados censitários, os responsáveis por esse acréscimo são os empregados permanentes. O grupo de pessoal ocupado que o absorveu foi o que agrega 100 ou mais empregados, que passou de 8 estabelecimentos e 1067 empregados em 1975 a 32 estabelecimentos e 18.522 empregados em 1980.

Em todos os municípios observa-se uma expressiva perda de importância da categoria "Responsável e membros não remunerados da família". Tal categoria englobava, em 1975, 68,45%, 17,64%, 48,06% e 42,74% da população ocupada em Carpina, Rio Formoso, Jaboatão e São Lourenço da Mata. Em 1980, esses percentuais haviam caído para 51,20%, 3,25%, 24,99% e 25,84%, respectivamente. Os empregados permanentes, além do crescimento já assinalado em Rio Formoso — onde passam de 76,66% a 77,51% — incrementam sua participação também em

Carpina, passando de 20,8% a 30,85%. No entanto, a categoria perde importância em Jaboatão (50,34% a 49,32%) e São Lourenço da Mata (51,35% a 44,20%). Os empregados temporários crescem seu percentual em todos os casos. No conjunto foi a categoria que mais cresceu no período. Em Carpina, passam a 10,44% a 17,52%; em Rio Formoso de 5,68% a 19,09%; em Jaboatão de 7,48% a 25,67% e em São Lourenço da Mata de 5,73% a 17,52%. As categorias "parceiro" e "outra condição" não apresentam números significativos.

Os dados indicam uma tendência à redução relativa da categoria "responsável e membros não remunerados da família" em benefício dos assalariados, especialmente temporários. Essa tendência reflete-se, também, no decréscimo acentuado dos estabelecimentos sem pessoal contratado em todos os municípios. Em Rio Formoso esses estabelecimentos caem de 65,46% a 48,85% do total, em Jaboatão de 74,75% a 62,16%, em São Lourenço da Mata de 79,76% a 39,18% e, surpreendentemente, em Carpina de 83,97% a 27,01%.

TRABALHADORES RURAIS SINDICALIZADOS: PERCEPÇÃO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E ORGANIZAÇÃO DE INTERESSES

A visão que os trabalhadores rurais sindicalizados dos quatro municípios cavaieiros de Pernambuco têm da modernização tecnológica revela perspectivas de assalariados. De fato, os dados dos censos indicam predominância do trabalho assalariados nos municípios analisados, mas mostram, também, a existência não negligenciável da pequena produção, especialmente em Carpina. Apesar disso, as lideranças sindicais não chegam a explicitar as reivindicações específicas da pequena produção — remetendo-as aos sindicatos do agreste e do sertão, por exemplo — e nem a articular uma visão mais globalizante do sistema produtivo onde pequeno produtor, assalariado, usineiro, multinacional e governo façam parte de um mesmo conjunto — "Quer dizer... a crise que existe aí é uma crise que não sabemos de onde ela provém..."¹⁰⁴.

É de se supor que a condição de privação múltipla do trabalhador rural — corolário da concentração econômica, social e política característica da região — crie obstáculos a uma visão mais integrada da situação mais geral da qual sua condição específica faz parte. É a exploração extrema da mão de obra — diversos depoimen-

¹⁰⁴ Entrevista com a Diretoria da FETAPE, em fevereiro de 1984.

tos se referem àqueles que morreram de tanto trabalhar — é o analfabetismo, é a violência do patrão, é o conluio entre poderosos que faz com que a justiça seja morosa e raramente favoreça o trabalhador, é o descumprimento da lei. . . É tudo isso que dificulta a clareza de visão do trabalhador rural e retarda sua organização sindical.

Apesar das extremas dificuldades, porém, o sindicalismo na zona da mata tem avançado em diversos sentidos. A presença, nos sindicatos, dos trabalhadores clandestinos é um ganho recente e expressivo nos quatro municípios — “eles fazem questão de pagar o sindicato e tirar sua carteirinha porque eles, também, já sabem que o modo de trabalhar clandestino não tira os direitos deles”¹⁰⁵ —; a mobilização em torno dos reajustes semestrais e dos dissídios coletivos é ampla a partir de 1979; as questões judiciais visando ao cumprimento do dissídio generalizam-se. Tais avanços são surpreendentes, ainda mais porque os poucos resultados positivos que se obtêm poderiam levar os trabalhadores a pensar que o sindicato não serve para nada. Muitos, de fato, não levam seus problemas ao sindicato por acharem que não resolve — como em diversos casos de envenenamento. Diferentemente, porém, do que ocorre em outras regiões mais do que com questões assistenciais, os sindicatos da zona da mata de Pernambuco, segundo mostram as entrevistas, estão envolvidos com questões trabalhistas. Dentro destas, a luta pela terra — especialmente no que diz respeito aos 2 ha de sítio para o trabalhador permanente, garantidos pela lei — assume dimensão importante, bem como o enfrentamento da questão tecnológica — e não só no que ela implica de desemprego, mas também de desqualificação do trabalhador, ameaça à saúde, destruição dos sítios.

Tecnologia e mão-de-obra

Os trabalhadores da cana de Pernambuco diagnosticam, com bastante precisão, os efeitos da modernização tecnológica sobre a mão de obra assalariada dos engenhos. As máquinas — o trator, mas especialmente a embarcadora — expulsam mão de obra para terras difíceis ou para fora do campo, extinguem profissões, intensificam o trabalho e desqualificam-no; contribuem para aumentar a falta de controle do trabalhador sobre o resultado de seu trabalho (ex. a impossibilidade de controlar o peso da cana solta)¹⁰⁶. Ao lado dos adubos químicos, inseticidas e

¹⁰⁵ Entrevista com o Presidente do Sindicato de São Lourenço da Mata, em fevereiro de 1984.

¹⁰⁶ Sigaud (1982) ressalta a imprevisibilidade, por parte do trabalhador, da remuneração a ser percebida nas diversas modalidades de corte de cana solta impostas pelo uso da motocana; as modalidades novas não foram ainda regulamentadas, o que dá margem a diversas manipulações por parte dos empregados.

herbicidas, as máquinas também contribuem para a purificação do assalariamento através da destruição do sítio e do estímulo ao trabalho temporário, de contrato interrompido. No limite, a moderna tecnologia leva à destruição da força de trabalho — pela intensificação do trabalho e pelo envenenamento do trabalhador — e da natureza — pela poluição do meio ambiente. As novas tecnologias, porém, têm sempre um lado positivo que é o de aliviar o trabalho. O problema não está na tecnologia, em si, no fato de ela ser usada, apenas, para enriquecer o patrão.

A tecnologia moderna expulsa mão-de-obra. “Essa parte de máquinas na região canavieira. . . isso vem tirando uma grande mão-de-obra dos trabalhadores; vem, devagarinho, gerando o desemprego. . . a enchedeira, por exemplo. . . desses 200 trabalhadores, ela não deixou de eliminar uns 40; de 30 a 40 trabalhadores”¹⁰⁷. “Para os trabalhadores é totalmente negativo, porque, a partir daí, no dia a dia, aumentou o número de desempregados”¹⁰⁸. “Sobre a máquina — trator e enchedeira — ela está causando o desemprego, porque a máquina está substituindo o homem. . . o serviço que 100 homens faziam, uma máquina faz. . . quanto ao trator, já se sabe: faz o trabalho de quase 50 homens no dia”¹⁰⁹. A mão de obra é expulsa para a ponta da rua, expulsa do campo. “É o que acontece aí; ele não tem mais o trabalho, dão as contas dele; então, ele vai fazer um serviço que nunca fez e vai para a ponta da rua, e vai caçar emprego”¹¹⁰. O uso da máquina se generaliza restando, apenas, as terras difíceis. “A mata norte favorece a máquina porque é plana”¹¹¹. “Não tem a máquina de tirar cana da ladeira; aí é o cambiteiro”¹¹².

Onde as máquinas são usadas, pelo menos duas atividades são extintas: a do cambiteiro e a do enchedor. “A enchedeira retirou dois tipos de trabalho: o cambiteiro e o trabalhador que enche o caminhão; porque a máquina ela junta a cana e põe em cambi. . . o cambiteiro e o enchedor de caminhão saíram do ramo, pois não tem trabalho para eles”¹¹³.

¹⁰⁷ Entrevista com a Diretoria da FETAPE, em fevereiro de 1984.

¹⁰⁸ Entrevista com o Presidente de Sindicato de Rio Formoso, em fevereiro de 1984.

¹⁰⁹ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Carpina.

¹¹⁰ Diretoria da FETAPE, supra.

¹¹¹ idem.

¹¹² Entrevista com trabalhador rural de Carpina, em fevereiro de 1984.

¹¹³ Diretoria da FETAPE, supra.

A máquina, ao desqualificar o trabalho, permite a substituição do trabalhador permanente pelo temporário que, na maioria das vezes, é clandestino, mas não necessariamente — o trabalhador pode ter a carteira assinada e contrato de curto prazo. “A cada momento, a cada dia, está diminuindo o trabalhador permanente. . . porque é muito fácil trabalhar com máquina. . . a usina. . . teve época em que tinha para mais de 3000 trabalhadores permanentes; hoje, ela só tem 800. . . Hoje ela tem uma média de 2000 trabalhadores, mas 1200 são — a gente diz clandestinos, mas são fichados — fichados que não passam de 1 ano; a firma não tem nenhum trabalhador sem carteira anotada”¹¹⁴.

O trabalhador permanente perde o sítio e o direito a dois hectares é raramente cumprido. Mesmo quando residente, o trabalhador se transforma num puro assalariado, não tendo mais condições de complementar o salário com a produção de subsistência. “Quem tem sítio não planta. . . porque querem plantar tudo de cana”¹¹⁵. No processo de ocupação do sítio com a cana a tecnologia também desempenha papel importante: “. . . esses venenos que eles usam, se eles aplicarem até um quilômetro de distância, acabam com essa lavoura; e têm engenhos aí onde eles fazem prevenção mesmo: botam no asseiro da roça do trabalhador, que é para acabar com a lavoura. . . nós já temos muitas reclamações na justiça, aqui, nesse sentido”¹¹⁶. “. . . e aí não dá produto para o trabalhador; como eu disse, às vezes eles fazem questão de botar esse veneno todo para que os 2 hectares do trabalhador não sejam executados, não sejam cultivados”¹¹⁷.

Uma outra implicação da tecnologia para a exploração da força de trabalho diz respeito à eliminação das condições de o trabalhador controlar a aferição do resultado de seu trabalho, além da desvalorização do mesmo. “Num engenho que tem dessas enchedeiras, não existem o cambiteiro, o carreiro, que existiam antigamente. Os cortadores cortam cana solta, por conta disso, perdendo mais de 50% do seu salário, porque na hora que eles cortam uma tonelada de cana amarrada, vamos supor. . . estão pagando Cr\$ 1.850,00 a tonelada. . . mas quando eles cor-

¹¹⁴ Entrevista com o Presidente do Sindicato de São Lourenço da Mata, em fevereiro de 1984.

¹¹⁵ Entrevista com o trabalhador rural de Carpina, em fevereiro de 1984.

¹¹⁶ Entrevista com o Presidente do sindicato de Jaboatão e mais dois membros da diretoria, em fevereiro de 1984.

¹¹⁷ Presidente de Sindicato de São Lourenço, supra.

tam ela solta, recebem quinhentos e poucos cruzeiros por tonelada; e pesada da maneira que eles querem pesar! A cana amarrada fica mais fácil de fiscalizar"¹¹⁸. "... se desse para pesar (a cana solta) seria bom porque a gente ganhava"¹¹⁹.

Do ponto de vista dos trabalhadores assalariados, a tecnologia também é percebida como destruindo a força de trabalho e a natureza. "... muitos já estão aposentados porque não podem trabalhar, moços ainda, de tanto trabalhar... um moço morreu de tanto trabalhar, morreu trabalhando num engenho"¹²⁰. "Tanto a inseticida como a herbicida são uma desgraça... a inseticida, eu acho que ela vai terminar acabando com uma grande parte do pessoal da cana... as queixas maiores, são de todos os tipos: além do veneno que lhe falei, o povo se queixa que não pode trabalhar, que as crianças estão com as caras inchadas o tempo todo, e é o chamado vinhoto... isso tem trazido um desastre no campo... o vinhoto apodrece a água do rio, mata o que tiver dentro; aí vem a podridão, o que cair lá dentro morre"¹²¹. "... alguns trabalhadores têm até se acabado: aquilo começa como uma lepra, uma coceira, e vai; termina o trabalhador morrendo"¹²². "O que eu tenho a dizer do veneno é que dois, aqui, quase que morriam. O Noca e o Zé de Lau ainda estão doentes..."¹²³. "... o que prejudica o trabalhador é essa parte de inseticida que eles usam para pulverizar as canas; então, trabalha o pessoal e eles não dão o mínimo de segurança; não dão luva, não dão bota, nem máscara, nem nada; nem leite; tem engenho aí que leite eles dão aos trabalhadores... tem acontecido pessoas que vem aqui no sindicato com a pele toda estragada de veneno"¹²⁴.

A tecnologia, porém, tem uma dimensão positiva, já que contribui para aliviar o trabalho. O problema está em que ela é usada num quadro de exploração do trabalhador. "A enchedeira é uma vantagem... porque a gente enchia 5 carros, 6, até 8... É, ficou mais leve! agora, a solta... põe mais de um caminhão de cana por dia para ganhar um salário. Isso é que dói"¹²⁵. "Quando vai se cavar uma área de terra que o trator não passa é o maior trabalho do mundo; e o trator, ele gradeia a

¹¹⁸ Presidente de Sindicato de Jaboatão, supra.

¹¹⁹ Entrevista com trabalhadores de diversos engenhos de Rio Formoso, em fevereiro de 1984.

¹²⁰ Entrevista com trabalhador rural de Carpina, em fevereiro de 1984.

¹²¹ Entrevista com Diretor da FETAPE, em fevereiro de 1984.

¹²² Entrevista com Dirigente Sindical de Carpina, em fevereiro de 1984.

¹²³ Entrevista com trabalhadores de diversos engenhos de Rio Formoso, em fevereiro de 1984.

¹²⁴ Entrevista com Presidente do Sindicato de Jaboatão e mais dois membros da diretoria, em fevereiro de 1984.

¹²⁵ Entrevista com trabalhador rural de Carpina, em fevereiro de 1984.

terra, a terra fica macia para se trabalhar; então, beneficia o trabalhador nesse ponto. Agora. . . ele retira muita mão de obra, porque o serviço que 50 homens fazem num dia, o trator pode fazer. . . A técnica é muito boa, dá muita prosperidade; agora, em termos de trabalhadores"¹²⁶. "Acontece que o governo, a cada dia, procura incentivar a questão da tecnologia de forma que as máquinas. . . sempre procura facilitar mais lucros para os patrões e desempregar totalmente os trabalhadores"¹²⁷. "Tudo que é feito pelo homem tem que ser para ajudar o homem. . . você vê que a gente aceita a máquina, nós não somos contra a tecnologia, o modernismo; a gente tem que crescer. . . eu acredito que tudo deva ser em prol do homem. Mas os patrões são patrões!"¹²⁸. "Agora, se a tecnologia viesse para a minha mão para eu trabalhar para mim, aí era outra coisa; mas se ela vem para minha mão só para eu movimentar com ela, eu vou enriquecer o patrão e prejudicar a vida de 100"¹²⁹.

Reação Organizada do Sindicato

Ao grande poder dos patrões, opõe-se a fragilidade dos trabalhadores analfabetos, desconhecendo seus direitos. Os sindicatos reivindicam e mal conseguem fazer cumprir a lei ou as decisões dos dissídios. Os patrões usam de violência, a justiça é morosa, é difícil comprovar o grau de periculosidade dos venenos. A EMATER parece agir no interesse dos patrões, os projetos do INCRA, ao invés de ajudar, generalizam a exploração do trabalhador. É como se os trabalhadores pudessem contar apenas consigo mesmos, com alguns políticos de oposição, alguns técnicos e com a igreja.

As reivindicações se organizam em torno dos direitos, dentro da lei, para fazer cumprir a lei. São os 2 ha de sítio para quem tem mais de 1 ano de trabalho, a proteção do trabalhador (luvas, máscara, leite) e o salário-insalubridade, o salário e os direitos da Tabela¹³⁰, principalmente. Foi a partir de 1979 que o movimento sindical em Pernambuco conseguiu organizar as reivindicações em torno desses eixos, após a 1.^a greve de trabalhadores rurais no período pós 64, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas. Desde então, os trabalhadores mobilizam-se anualmente nas campanhas salariais e organizam-se para fazer cumprir os dissídios.

¹²⁶ Entrevista com trabalhador rural de Carpina, em fevereiro de 1984.

¹²⁷ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Rio Formoso, em fevereiro de 1984.

¹²⁸ Presidente do Sindicato de Jaboatão, *supra*.

¹²⁹ Entrevista com o Dirigente Sindical de Carpina, em fevereiro de 1984.

¹³⁰ Código de Conduta.

A mobilização é difícil, mas avança. "Compramos 2000 livrinhos, estamos distribuindo... pelo menos 40% são analfabetos... tem outro fator principal, é que o trabalhador sofre tanto durante o dia que quando chega de noite, à tardinha, está nas últimas: é comer alguma coisa que tem em casa e se deitar para acordar no outro dia às 4 h... as reuniões... não é mole, sair 15 km, no geral, a pé... Na campanha salarial é praxe haver paradeiro; o paradeiro é parte da negociação... hoje estamos mais fortes, graças a essa negociação de 1979"¹³¹. "Até há um certo tempo, no sindicato, se falava mais na questão de salários, mas hoje, com as convenções, isso melhorou um pouco; agora, eles trazem mais queixas na falta de cumprimento do dissídio coletivo... são 33 cláusulas este ano... (a cláusula que o trabalhador mais reclama que não está sendo cumprida) é a cláusula da tabela; na tabela é o seguinte, na tabela tem a medida... eles deram x metros em vez de dar y... eles, em vez de pesar a cana dizendo que tem 15 kg, só pesam 10 kg"¹³².

O descumprimento do dissídio é rotina. "O patrão só cumpre na justiça"¹³³. "As nossas ações, nós temos; e temos os dissídios coletivos, e temos ganho causas desse tipo; agora, é verdade que ninguém, até hoje, usou e os trabalhadores não ganharam nada disso; porque aqui se chama salubridade, que é uma taxa que tem acima do salário normal, que é a compensação desse perigo que eles correm, que até hoje não está sendo cumprida; a outra coisa são roupas e tralhas para o trabalho... até hoje não está sendo cumprido de maneira nenhuma"¹³⁴.

Muitos trabalhadores, por desconhecimento dos direitos, por estarem coagidos pela violência do patrão ou por não acreditarem na eficácia de sua ação, não levam os casos de intoxicação ou de falta de proteção aos sindicatos. Apesar disso, o movimento sindical já conseguiu entrar com ação coletiva na justiça do trabalho pela taxa de insalubridade. "... os trabalhadores estão recorrendo à justiça para cobrar a diferença salarial... essa é uma ação coletiva que estamos fazendo... essas ações estão dando entrada na justiça agora"¹³⁵. O problema, porém, é que "não somos muito ouvidos; reivindicações, nós temos várias na mão do Ministro do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e dos patrões... nem se fala; 245

¹³¹ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Jaboaão e mais dois membros da diretoria, em fevereiro de 1984.

¹³² Entrevista com a Diretoria da FETAPE em fevereiro de 1984.

¹³³ Entrevista com o Dirigente Sindical de Carpina, em fevereiro de 1984.

¹³⁴ Diretoria FETAPE, supra.

¹³⁵ Entrevista com o Presidente do Sindicato de São Lourenço da Mata, em fevereiro de 1984.

na Justiça do Trabalho; mas, infelizmente, até o momento nós não estamos sendo atendidos, não estamos sendo ouvidos; esse é o mal do trabalhador. . . tem alguns engenhos de que nós temos reclamações dos trabalhadores na justiça pedindo rescisão de contrato (por falta de segurança no trato com o inseticida) e o juiz tem dado. . . temos conseguido, também, afastar trabalhadores desse tipo de trabalho; em alguns engenhos foram até parados esses trabalhos”¹³⁶.

A violência psicológica e física do patrão sobre o trabalhador dificulta a mobilização sindical. São inúmeras as referências a ações violentas, desde incêndio da delegacia sindical até ameaças de morte, pancadarias, etc. Às dificuldades de organização sindical aliam-se, contra os interesses do trabalhador, a morosidade e desinteresse de instituições competentes. Além dos problemas já mencionados, no que diz respeito à tecnologia agrícola, “o problema da intoxicação dos trabalhadores, as reclamações são muitas; inclusive temos cláusula no nosso dissídio coletivo que disciplina essa questão; a dificuldade é a gente comprovar o grau de periculosidade desses tipos de veneno”¹³⁷. “Muitos deles já chegaram a falecer. . . tendo em vista o serviço de adubação e a herbicida. . . apesar de a gente ter recorrido ao Instituto de Medicina Legal para ver se, realmente, (a morte) tinha sido causada pelo veneno. . . o laudo da medicina diz que foi hemorragia normal. . . mas se sabe bem que foi o problema do veneno, do trabalho com o veneno”¹³⁸. É difícil, assim, enfrentar e resolver as questões, dado o conluio dos poderosos.

Sindicatos e Política para a Agricultura

Os trabalhadores são excluídos da formulação das políticas que os atingem. Diversos depoimentos sublinham este aspecto e identificam na falta de poder político do trabalhador, a fonte de todos os problemas que os afligem.

“Tendo em vista o sistema, etc., dificilmente o trabalhador é ouvido. . . o movimento sindical tem feito isso para ver se é ouvido nas decisões, porque na hora que vem uma coisa para o trabalhador, nada mais justo que esse trabalhador diga o que quer e como quer; mas, infelizmente, é isso aí a dificuldade, porque as organizações do governo não começam a coisa pela base, mas de cima para baixo. . .

¹³⁶ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Jabotão e mais dois membros da diretoria, em fevereiro de 1984.

¹³⁷ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Rio Formoso, em fevereiro de 1984.

¹³⁸ Entrevista com o Presidente do Sindicato de São Lourenço da Mata, em fevereiro de 1984.

esse é um dos fatores principais porque a coisa só sai da maneira que a gente não quer"¹³⁹. "Foi criado, pelo Secretário de Agricultura do governo anterior, um comitê de indústria. Esse comitê era formado pelo governo, a indústria e os trabalhadores; a gente — Federação de Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco — FETAPE participou de várias reuniões... estava o DNOCS, que trabalha no projeto (de criação de uma agrovila), estava presente a cooperativa, que trabalha com o trabalhador, a CODEVASF, que trabalha com o trabalhador e a EMATER, idem. Sempre as posições da Federação eram derrotadas. Então, a gente deixou até de participar desse encontro... o GEDA é o Grupo de Estudos de Defensivos Agrícolas... que faz o estudo, que é justamente o protesto que temos contra os inseticidas tóxicos... às vezes, quando participamos, é só para discordar... não adianta a gente participar"¹⁴⁰. "Essas exigências das empresas vêm diretamente do IAA e dos órgãos oficiais. Elas chegam com a maior facilidade e o trabalhador não tem participação em nada"¹⁴¹. "A proposta já vem feita; ainda que o sindicato coloque qual é a posição dele, realmente não é atendido, porque o pacote já vem feito"¹⁴².

Tecnologia e Potencial de Mobilização Sindical

Com poucos aliados efetivos, os trabalhadores sindicalizados ficam limitados a um espaço local, com dificuldades de articular seus problemas específicos a questões de ordem geral e transformar suas reivindicações em problemas de interesse nacional. A reforma agrária poderia ser um caminho para essa articulação, desde que tivesse a distribuição de terras como o ponto central e necessário, mas não suficiente; que se fizesse acompanhar de uma política agrícola adequada que fosse capaz de evitar, inclusive, a criação de "pequeno-burgueses como acontece nos projetos do INCRA"¹⁴³. Os trabalhadores sindicalizados não se iludem quanto à viabilidade, a curto prazo, de uma reforma agrária, mas reconhecem que a mera distribuição de terras não basta para resolver os problemas que hoje enfrenta o trabalhador. Assim, a questão da tecnologia se revela com um grande potencial de

¹³⁹ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Jaboatão e mais dois membros da Diretoria, em fevereiro de 1984.

¹⁴⁰ Entrevista com a Diretoria da FETAPE, em fevereiro de 1984.

¹⁴¹ Entrevista com o Presidente do Sindicato de São Lourenço da Mata, em fevereiro de 1984.

¹⁴² Entrevista com o Presidente do Sindicato de Rio Formoso, em fevereiro de 1984.

¹⁴³ idem.

mobilização do trabalhador e, no fundo, o que importa, mesmo, é o trabalhador participar das decisões políticas.

“A nossa exigência é que, continuando com essa forma de tecnologia, que tenha expansão, também, para a mão de obra rural; seja na forma de reforma agrária, porque aí vai acabar com o desemprego e continuar a lavoura de cana, resumida; que deixem as áreas acidentadas para os trabalhadores de lavoura branca”¹⁴⁴. “(o problema) é o encantamento da tecnologia, quer dizer, ela fica encantada e a mando das pessoas que têm maior poder aquisitivo; as demais pessoas, que também necessitam dela, não têm como aplicar porque a base fundamental é a terra. . . tinha a terra do trabalhador, e aí seria possível pensar de que forma a tecnologia iria beneficiar o trabalhador, e não substituí-lo. . . com esse governo que está aí, uma reforma agrária. . . não acredito nela agora; havendo uma mudança de sistema, a primeira saída para a crise é a reforma agrária”¹⁴⁵. “Nada mais justo que fossem liberadas essas terras, divididas, e os trabalhadores tivessem uma assistência técnica para plantar, produzir e até para exportar; como o gosto do governo é exportar, aí, nessas alturas, teria alguma coisa para exportar. . . é o seguinte: na hora em que o trabalhador participar dos projetos, melhora a situação para ele, mesmo que a reforma agrária não venha agora. . . enquanto não sair a reforma agrária, que os trabalhadores participem dos projetos, porque nós sabemos, pois somos trabalhadores, com muita honra; e temos dado cada lição a tecnocrata, que vou te contar. . . esse mundo, é a tal história, eu mesmo acho imbecil o cara que acha que sabe de tudo; . . pelo menos, problema de terra, se o camponês não sabe, não adianta, astronauta é que não vai saber; quem sabe é o camponês e é ele que deve ser consultado quando se tratar de terra”¹⁴⁶. “Nós precisamos de ajuda técnica para produção da terra, precisamos de agrônomo, de máquina, de dinheiro para movimentar. . .”¹⁴⁷.

¹⁴⁴ Presidente do Sindicato de São Lourenço, supra.

¹⁴⁵ Diretoria da FETAPE, supra.

¹⁴⁶ Entrevista com o Presidente do Sindicato de Jaboatão e mais dois membros da diretoria, fevereiro de 1984.

¹⁴⁷ Entrevista com o Dirigente Sindical de Carpina, em fevereiro de 1984.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A questão da tecnologia agrícola e seus efeitos sobre a mão de obra rural — familiar e/ou assalariada — é controversa tanto entre pesquisadores quanto entre aqueles que são diretamente atingidos por ela.

Há, por um lado, a tendência a se encarar o avanço tecnológico como simplesmente prejudicial ao trabalhador, beneficiando exclusiva ou predominantemente às empresas multinacionais que o produzem. A tecnologia é produzida e aplicada visando, apenas, aos interesses do capital, restando, ao trabalhador, as consequências indesejáveis: desemprego e perdas na saúde e na qualidade de vida provocadas diretamente pelo manuseio ou, indiretamente, pela deterioração do meio ambiente.

Entre os trabalhadores, não é essa a opinião predominante. Nos discursos analisados, aparecem claramente a consciência desses efeitos nocivos, mas também a de dimensões positivas da mesma tecnologia: a contribuição para diminuir o esforço do trabalhador assalariado e, no caso do pequeno produtor, além desse alívio, a possibilidade de aumento do tempo livre. Além das dimensões positivas da “mesma tecnologia”, os trabalhadores identificam potencialidades não utilizadas dessa tecnologia em termos de maior preservação do meio ambiente e menor custo para o produtor.

Os depoimentos dos trabalhadores rurais entrevistados refletem a intensidade e a generalização da modernização tecnológica na produção de soja e cana de açúcar. A questão fundiária vincula-se à tecnológica de duas formas: em primeiro lugar, enquanto questão principal, somente com a sua solução a tecnologia poderá beneficiar os trabalhadores; em segundo lugar, o acesso à tecnologia é componente fundamental da reforma agrária desejada. Os depoimentos revelam consciência, por parte da maioria dos entrevistados, de que é o uso capitalista da tecnologia que os prejudica, e não a tecnologia em si. Tal constatação levanta uma questão teórica na sua interpretação que é a da neutralidade da tecnologia. A possibilidade de um uso diverso, no futuro, de uma mesma tecnologia, alteradas as relações sociais que a contém, não implica negar, no entanto, o fato de ela ser produzida e utilizada de acordo com os interesses dominantes.

A continuação desta pesquisa enfocará mais detidamente a questão dos canais de acesso à formulação da política tecnológica por parte dos setores sociais por ela afetados, através da sua organização institucional (sindical).

REFERÊNCIAS

- FUNDAÇÃO IBGE. *Censos econômicos de 1975*. Rio de Janeiro, 1975.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Recenseamento geral de 1980*. Rio de Janeiro, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, J. coord. *Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro*. São Paulo, UNICAMP/IICA, 1982.
- KAGEYAMA, A. & GRAZIANO DA SILVA, J. *Os resultados da modernização agrícola dos anos 70*. s.l., s.ed., 1983. (mimeo).
- PEIXOTO, H.; CHALOULT, N.B. & FIGUEIREDO, V. *Estrutura da produção agrícola e política governamental: reflexos de sua interrelação para os pequenos agricultores*. Brasília, SUPLAN/MA, 1977.
- SIGAUD, L.M. *O corte da cana solta e suas implicações sociais na Zona da Mata de Pernambuco*. (Versão preliminar). s.l., Museu Nacional, 1982. (mimeo).
- SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.